

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

ATA Nº 048

PRESIDENTE - DEPUTADO MAURO SAVI

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Boa-noite a todos!

Autoridades presentes, senhoras e senhores, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir propostas do Plano Plurianual 2004/2007 e do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004, relativas ao tema cultura.

Convido para compor a Mesa: o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Exmº Sr. Deputado Joaquim Sucena; a Exmª Srª Deputada Federal Thelma de Oliveira; o Exmº Secretário de Estado de Cultura, Sr. Benedito Paulo de Campos; o Exmº Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Magalhães; a Exmª Srª Deputada Estadual Verinha Araújo; o Exmº Sr. Secretário de Articulação Institucional e Difusão Cultural do Ministério da Cultura, Márcio Augusto Freitas de Meira.

Queremos registrar a presença dos Deputados Carlão Nascimento e Dilceu Dal Bosco, da Vereadora Enelinda Scala, do Sr. Darci Lovato, representando, neste momento, o Deputado Riva; Marlene Kiaches, Presidente da Federação de Entidades Culturais de Mato Grosso - FECMAT; Inês de Oliveira Martins, Subsecretária Municipal da Cultura; Jurandir Antônio, representando a Fundação Roberto Pasqualini; Paulo Guimarães, Assessor Jurídico da Secretaria de Cultura; Deli Bulhões, Assessor de Planejamento da Secretaria de Planejamento; Geovane de Paula, artista plástico; João Carlos Vicente Ferreira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso; Amir Bem Kauss, Assessor da FIEMT, representando, neste momento, o Presidente Nereu Fasine; Tito Alves de Campos, Sócio-gerente de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas; José Maurício Gonçalves dos Reis, assistente de gabinete do Secretário de Cultura do estado de Mato Grosso; Rosimeire Alves dos Santos, Chefe de Divisão de Cultura de Tapurah/MT; Salime Daige, Assessor do Secretário Estadual de Cultura; Claudecir Contreira, Coordenador do Centro de Capacitação da AMM; Ataíde Leite, Secretário Executivo da AMM; Múcio Ribas, Assessor da Secretaria da Fazenda do Estado; Pablo Capilé, do Espaço Cubo; Alfredo Mendes de Almeida, Presidente da Associação dos Produtores Rurais; Edson Roque da Costa, membro da Associação; Afonso Wailand, escritor; Marcos Elísio de Vergueiro, jornalista, agente de notícia da CCN PRESS; Milton Pereira Pinho - Guapo; Amauri Tangará, Cultura Independente de Chapada dos Guimarães; Laudemir Luiz Zart, da UNEMAT; Lenissa Leuza Campos, Espaço Cubo; Fátima Mendes, CIAD'Artes; Amiliar Menezes, Presidente do Instituto Cultural Menezes - ICM; Paulo César da Silva, Movimento Hip Hop; Osvaldino dos Santos; João Cartore, funcionário da Administração Financeira da AMM; Tenório, amigo nosso de Sorriso, funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Rural; Gonçalo Gonçalves, Diretor de Comunicação; Fátima Dragone, Presidente da ABRACA, Associação Brasileira de Profissionalizante de Cultura e Preservação do Meio Ambiente; Clóvis Rezende Matos, da Livraria Adeptus; Isabel Cristina Campos Pinto, da FUNASA;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Magda Domingues, da Secretaria da Indústria, de Juruena; Zaira Maria Padilha, Coordenadora de Cultura de Primavera do Leste; Neuza Chiarelli Riva, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Primavera do Leste; Bento Porto; Maria Cecília, do grupo Caroline, do Fórum Cultural Mundial; Guaraci José de Almeida, Coordenador Regional da UNESCO; Elizabeth Rosseto, membro da Federação de Teatro Mato-grossense - FEMAT.

A Mesa agradece a todos pela participação nesta Audiência Pública.

Gostaria de observar que, se houver interesse de alguém da platéia em interpelar os palestrantes poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá três minutos para resposta.

Os palestrantes terão dez minutos para suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Convido para compor a Mesa, o Sr. Mário Olímpio, do Fórum Estadual da Cultura; o Presidente da AMM, Prefeito Ezequiel Ângelo da Fonseca; e o Deputado Federal Carlos Abicalil.

Com a palavra, o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário de Articulação Institucional e Difusão Cultural, do Ministério da Cultura, que dispõe de dez minutos.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Boa-noite a todos e a todas, aos componentes da Mesa, Deputados Federais e Estaduais, autoridades presentes.

Neste momento, quero trazer a saudação do Ministério da Cultura, da nossa equipe lá de Brasília e do nosso Ministro Gilberto Gil. É um prazer estar em Mato Grosso, em Cuiabá, a convite da Assembléia Legislativa, da Deputada Verinha Araújo, para falar sobre a questão da cultura.

Eu quero, em dez minutos, dizer o que nós consideramos, e aí talvez resida o mais importante, hoje, lá no Ministério da Cultura, como essencial, do ponto de vista da política cultural. É claro que nós não queremos dizer que nós estamos começando do zero lá. Existe um trabalho que já vinha sendo feito. O Ministério da Cultura tem 18 anos de criação. Ele era parte do Ministério da Educação, por isso o MEC chamava-se Ministério da Educação e Cultura. Há 18 anos foi separado do MEC e foi criado o Ministério da Cultura. Então, tem um trabalho que vem sendo feito pelo Ministério da Cultura já há 18 anos, mas o que é importante, que eu quero registrar para os senhores aqui, é que nesses 18 anos, infelizmente, no Brasil, a nossa sociedade como um todo, as nossas lideranças políticas ainda não compreenderam de forma adequada o que significa a importância de uma política cultural, o que significa a importância da cultura para o desenvolvimento do Brasil como nação. Isso reflete, principalmente, quando nós vemos os orçamentos das secretarias de cultura dos Municípios, dos Estados e também do Ministério da Cultura. O Orçamento é o reflexo principal, mas não é o único. Também vemos isso quando observamos que as Prefeituras do Brasil, que são mais de cinco mil, a maioria não tem sequer uma fundação cultural, ou uma secretaria de cultura. Mesmo nos 27 Estados da Federação, existem alguns Estados ainda no Brasil que não têm uma secretaria de cultura, ou uma fundação cultural. Isso tudo reflete exatamente essa visão ainda incorreta, ainda muito mesquinha às vezes, do que significa a importância da cultura.

Nós, do Governo do Presidente Lula, temos uma visão muito clara da importância que tem a cultura para o desenvolvimento do Brasil por três aspectos. O primeiro, é que a cultura precisa ser vista - eu já falei isso hoje na imprensa em Cuiabá - como um fator essencial de construção de uma identidade nacional, porque não existe nação, não existe país sem cultura, ou seja, o Brasil é o Brasil porque existe a cultura brasileira. Se nós apagarmos com uma borracha os 500 anos de história de construção desta Nação brasileira, isso sem falar nos 30 mil anos de história

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

anterior dos povos indígenas, que estavam aqui antes de nós e ainda continuam os seus descendentes. Se nós apagarmos essa memória, nós apagamos o País. Não tem País. É isso que nos identifica. Essa linguagem, essa língua portuguesa, essa diversidade cultural brasileira. É isso que nos identifica como País, como Nação. Isso é um primeiro aspecto.

Segundo aspecto é que cultura tem que ser vista como direito. Ou seja, cada cidadão tem direito à cultura, tem direito à saúde, tem direito à educação, tem direito ao transporte público, tem direito a terra para trabalhar e produzir. Cultura é um direito de todo cidadão. É um direito universal. E isso, muitas vezes, não é observado porque existe, ainda, a noção no Brasil, uma noção impregnada na sociedade brasileira como um todo, de que a cultura está sempre associada à cultura letrada, ou seja, aquelas pessoas têm cultura porque estudaram, fizeram universidade, têm uma boa biblioteca em casa, ou, então, à cultura como festa, palco, sonhos, eventos culturais, o *show*. Nós temos que pensar o seguinte: cultura não é isso, embora isso seja um elemento importante para o processo cultural. Cultura é a forma pela qual a sociedade se relaciona e se comunica entre si e produz a sua própria identidade. A coesão social se dá, exatamente, pelos elos da cultura. Quando nós passamos a incorporar o conceito de cultura dessa forma, nós começamos a perceber, realmente, porque a cultura é um direito.

Quando nós falamos, por exemplo, do direito - eu falo aqui, em Mato Grosso, isso, porque como eu sou do Pará, somos, então, amazônicos - de um produtor rural da Amazônia plantar mandioca, poder colher a sua mandioca, fazer farinha do jeito que ele sempre fez, em uma casa de farinha, produzir farinha, produzir daquele jeito e consumir aquela farinha é porque isso não só tem um significado de alimento para o corpo, mas também tem um significado cultural, porque representa uma forma deles se relacionarem entre si e também de se relacionarem com a natureza. Um processo, aliás, que foi herdado dos índios e que não destrói a floresta, porque o sistema de plantio é um sistema perfeitamente coerente com o processo de preservação da floresta, inclusive de preservação da diversidade biológica. Esse aspecto da cultura tem que ser considerado como direito. Na medida em que você entra devastando uma floresta e eliminando a possibilidade daquelas comunidades locais produzirem farinha e continuarem produzindo daquele jeito, você retira daquele cidadão o direito da cultura que ele tem. Então, é nesse sentido que nós trabalhamos a questão da cultura como direito. Eu falei da cultura como identidade, como direito.

O terceiro aspecto fundamental é da cultura como fator de desenvolvimento econômico. Ou seja, hoje, tudo aquilo que diz respeito à cultura, quando se fala em economia, e permita-me o uso aqui, às vezes, de economia da cultura, gera mais emprego, mais renda do que, por exemplo, a indústria automobilística. Nós temos estudos que indicam que, no Brasil, a indústria automobilística gera menos emprego do que a indústria cultural: cinema, televisão, audiovisual.

Só o setor de audiovisual movimenta no Brasil, segundo alguns estudos, mais de seis bilhões de reais por ano. Portanto, a economia da cultura no Brasil representa certamente em torno de 2,5% a 3% do PIB. Se nós formos pensar que a economia, por exemplo, do petróleo no Brasil, nós que vemos a propaganda da PETROBRAS na televisão, nós sabemos o quanto significa o peso da PETROBRAS na economia do petróleo no Brasil e nós lembramos que essa economia do petróleo representa em torno de 6% do PIB brasileiro, ou seja, a economia da cultura gira em torno de 3% do PIB, ou seja, 50% da economia do petróleo.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Não. Eu estou considerando a economia da cultura como um todo, não só o audiovisual. Isso sem um estudo ainda muito concreto, atualizado, que o Estado brasileiro nunca conseguiu produzir, até porque nunca considerou essa questão como uma questão fundamental do ponto de vista estratégico da economia. Então, por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

esses três aspectos, que eu coloquei, não é possível que um País, um Estado, uma sociedade não considere a cultura como um dos projetos estratégicos de desenvolvimento. Porque se ela é o elo, o cimento que une a sociedade, se ela é também o elemento central de afirmação da identidade nacional, inclusive, no cenário internacional, e se ela provoca, promove e induz o desenvolvimento econômico mais do que muitas daquelas indústrias que fala tanto, muitas vezes, na mídia, como geradora de emprego e renda, a pergunta que faço é: por que mesmo com todos esses elementos continua a cultura sendo tratada como se fosse um balangandã, um adereço, como se fosse a cereja que colocamos no bolo? Na verdade, é porque nós precisamos no Brasil, ainda não temos no Brasil a cultura da cultura. Os nossos líderes, os nossos dirigentes, as nossas autoridades, as nossas elites brasileiras ainda não compreenderam o significado disso. E eles só vão compreender na medida em que a sociedade e a comunidade cultural se estabeleçam, se organizem e percebam claramente que estão unidas em torno dessa causa e que mostrem na prática o quanto isso significa do ponto de vista desenvolvimentista.

Eu acho até que já cheguei nos dez minutos estabelecidos, mas optei então, por falar nesse assunto, porque considero que é ele a essência, a síntese de tudo aquilo que nós podemos ter como consequência: orçamento, financiamento, descentralização, política cultural, sistema nacional de cultura, plano nacional de cultura. Quer dizer, todas as coisas que nós estamos encaminhando, que é um desafio e uma responsabilidade que todos nós temos que assumir com o país, são decorrências dessa compreensão prévia do que significa o conceito de cultura. Por isso, eu falei isso e creio que a partir daí, certamente, podemos abrir a discussão e eu posso falar mais sobre projetos ou planos específicos do Ministério da Cultura. Mas, acredito que Mato Grosso aqui, na Região Centro-Oeste, é um Estado que tem muito a contribuir nesse processo, porque é um Estado rico culturalmente, diversificado culturalmente, que pode certamente contribuir muito nesse processo de discussão, de valorização da cultura brasileira.

Era só isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Agradecemos o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira e registramos a presença do Deputado Juliano Jorge.

Com a palavra, o Sr. Benedito Paulo de Campos, Secretário de Estado de Cultura.

O SR. BENEDITO PAULO DE CAMPOS - Boa-noite a todos e a todas!

Hoje é um dia muito importante para todos nós que trabalhamos com a cultura, porque numa Audiência Pública vamos estar discutindo com os Srs. Deputados nosso Orçamento do PPA 2004/2007. Como acabou de dizer o Secretário Márcio Meira, a nossa cultura brasileira está em construção, este é um momento ímpar para podermos discutir cultura não só no Estado de Mato Grosso, mas em nosso País, porque Mato Grosso passa também por uma fase muito grande de transformação na área cultural.

Nossa Secretaria é bastante recente. A Secretaria foi criada em 1995. Tem apenas 08 anos de existência e com um orçamento muito modesto, confesso a vocês, porque o Orçamento da Secretaria de Estado da Cultura é tão mínimo que eu tenho a dizer o seguinte: é um Orçamento pequeno, a nossa equipe está usando muita criatividade, ousadia, para que nós possamos fazer a cultura em Mato Grosso. Por isso nós estamos aqui hoje, para debater com toda a sociedade um Orçamento que vem ao encontro dos anseios do povo mato-grossense, porque a cultura gera renda e emprego; por isso eu quero sensibilizar aos Srs. Deputados que vejam a Pasta da Cultura com bastante carinho, o nosso Orçamento 2004/2007.

Eu não vou dizer o quanto a Cultura vai ter em 2004, porque os Srs. Deputados já conhecem, um orçamento mínimo, e por isso nós estamos aqui, para que os Srs. Deputados possam fazer algumas emendas para melhorar o Orçamento da Cultura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Eu peço a todos os senhores que exijam união de todos. Não adianta nós estarmos discutindo segmentação aqui, nós precisamos de união do Poder Executivo, do Legislativo e da sociedade, para que possamos conseguir um orçamento digno para a cultura, porque a cultura merece. O povo de Mato Grosso está exigindo que nós tenhamos um orçamento de uma realidade que vai ao encontro dos anseios, por isso estou aqui para debater com vocês, para que vocês possam nos ajudar a melhorar o nosso orçamento.

É isso que eu quero dizer. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Comunico aos presentes que quiserem se inscrever que o Cerimonial estará passando para colher as inscrições.

Convido o Deputado Federal Carlos Abicalil para fazer uso da palavra, que dispõe de cinco minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL - Compreenda a redução, Deputada Thelma de Oliveira, nós somos visitantes aqui. A Casa é Legislativa, mas é do Legislativo Estadual.

Boa-noite a todos e todas!

Meus caros amigos, companheiros e companheiras de muitas jornadas pela educação, pela cultura; meus caros membros da Mesa; Exmº Secretário de Articulação Institucional e Difusão Cultural do Ministério da Cultura, Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, que nos honra com sua presença; Exmº Secretário Estadual de Cultura, Sr. Benedito Paulo de Campos, com quem já pude, por mais de uma vez, me encontrar para trocar lamentações, algumas das quais estamos tornando públicas aqui, mas, ao mesmo tempo, para fazer os encaminhamentos que nos cabem enquanto membro do Legislativo Federal para honrar compromissos históricos com um débito que é incomensurável em relação ao que carece de política pública orientada para valorização, promoção e defesa do patrimônio cultural.

Quando nós estamos falando de cultura, sem dúvida nenhuma, aparece no cenário a diversidade, a multiplicidade e a diferença. É nesse horizonte de direito, de respeitar a diferença, de promover a diferença, inclusive, a diversidade, a pluralidade, que a cultura aparece no cenário do Centro-Oeste com uma dívida ainda maior do que no conjunto do País, tendo em vista, inclusive, a orientação dos recursos, sejam eles orçamentários, ou de incentivo fiscal concedido por lei, cujos percentuais destinados às regiões amazônicas, para parafrasear aqui o nosso amigo Márcio, ou para a região Centro-Oeste, cabem, provavelmente, em centésimos de percentagens, o que, efetivamente, resulta em um padrão absolutamente injusto, além de deficitário, das repartições dos recursos poucos orientados para a cultura.

Segundo horizonte, que eu acho que nós devemos considerar, além da pluralidade, diversidade e da justiça que mencionei, é exatamente a revitalização de um patrimônio que não conseguimos dimensionar. Eu estava aqui até querendo tirar dúvidas quando dizemos seis bilhões de reais. É aquilo que movimenta a chamada indústria cultural. Eu não sei se, por exemplo, em alguns eventos onde aparecem o siriri, o cururu, a viola de cocho, ou, quem sabe, incorporamos algumas manifestações culturais divulgadas e promovidas pelas festas de peão de boiadeiro, etc, não teríamos algumas cifras, ainda, para justificar economicamente, porque agora o discurso econômico é que justifica muita coisa, aquilo que é um patrimônio universal, onde a valorização da linguagem, da musicalidade, das cores, dos sabores, dos cheiros, dos odores são características que exatamente fazem a diferença. E se há um horizonte, uma dimensão da convivência humana, em que a diferença é fundamental e que é afirmativa, é exatamente no horizonte da cultura. Por isso, eu acredito que essa é a dimensão que nós temos que dar às políticas públicas de cultura, para assegurar no Plano Plurianual, e nós estamos talvez pela primeira vez inaugurando a dimensão de planejamento no horizonte da cultura nacional e da nacionalidade da cultura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Em segundo lugar, a sua repercussão diante de um planejamento de política pública que deve conseguir fazer a coalisão de dois movimentos: o movimento do financiamento público por um lado e o movimento da valorização social por outro lado. Quer dizer, as sociedades que alcançam a valorização da cultura coincidentemente são sociedades fortemente civilizadas e são sociedades que tendem a repartir justiça e a promover direitos.

Dito isso, a nós, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, tanto eu como a Deputada Thelma de Oliveira, que está aqui presente, tivemos a oportunidade de apresentar emendas da Comissão absolutamente simbólicas, tendo em vista aquilo que é o conjunto demandado. Na emenda da cultura, embora houvesse uma discussão de qual era o número, o volume, o tamanho das emendas e o simbolismo delas, a decisão nossa foi unânime com relação ao Plano Plurianual e ao orçamento da cultura para o próximo ano. De sorte que eu diria que se há um fator que hoje consegue alinhar numa mesma posição do ponto de vista de assegurar recursos públicos para orientá-los a dimensão da cultura de educação são dois valores que transcendem as posições político-partidárias. Entretanto, sabemos que são absolutamente insuficientes para nós darmos o salto de qualidade na direção da garantia da cultura como direito da diversidade como valor e da justiça no investimento público como sendo critério absolutamente urgente da prática dessa política.

Parabenizo a Assembléia Legislativa pela realização desta Audiência Pública.

E quero dizer que da nossa parte, na Câmara Federal, nós temos não só toda responsabilidade de encaminhar o aperfeiçoamento das leis de incentivo no debate da reforma tributária de que maneira isso se comporta. A emenda constitucional que tramita no Congresso seja do plano nacional de cultura e a sua conformação com validade quinquenal ou decenal, seja a vinculação do percentual das receitas oriundas de impostos diretamente no orçamento para o financiamento da cultura sem prescindir das leis de incentivo, sem dúvida nenhuma, merecerão de nós um tratamento bastante à altura do débito que nós temos acumulado ao longo da história e da responsabilidade que publicamente assumimos com o setor que promove, que defende, que valoriza e que faz com que a cultura seja um objeto prazeroso e desejado pela população.

Parabéns pela Audiência Pública (PALMAS).

A Vereadora Enelinda nos chama a atenção aqui com relação a um patrimônio da sociedade brasileira, que é a Igreja de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, que há cinco anos batalhava alcançar os recursos da Lei Rouanet. E, eu, com muita felicidade, hoje, pude estar presente, junto com a nossa Superintendente Regional do IPHAN, apresentando lá uma decisão orçamentária de colocar imediatamente cento e cinquenta mil reais na recuperação e no restauro daquele patrimônio e da PETROBRAS trazendo ainda este ano duzentos e cinquenta mil reais para aquela obra, que há cinco anos está pendente de uma solução. E eu tenho convicção de que a mobilização da sociedade cuiabana, a mobilização da sociedade mato-grossense e a sensibilidade cultural do Governo fará com que no ano que vem nós tenhamos a Festa de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário em outras condições, espalhando aqui pela cidade de Cuiabá o resgate e a revitalização do nosso patrimônio a partir da Rua 07 de Setembro.

Um grande abraço. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Agradecemos o Deputado Federal Carlos Abicalil. Registramos a presença do Deputado Eliene e do Vereador Miguelão, Presidente da União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, a Deputada Federal Thelma de Oliveira.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Boa-noite a todos!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Gostaria, nesse pouquíssimo tempo que o nosso Presidente aqui nos destinou, de cumprimentar todos na pessoa do Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, que está aqui representando o Ministério de Cultura.

Recentemente, nós estivemos num outro evento, também na Assembléia Legislativa, comandada pelo nosso Presidente, Deputado Riva, o que demonstra, Deputado Mauro Savi, o compromisso desta Casa com um aspecto muito importante, que é a questão cultural.

Eu queria dizer que faço parte, como já disse anteriormente, da Comissão Especial lá na Câmara que vai estar discutindo e elaborando o Plano Nacional de Cultura. Nós estamos lá, então, com todo um processo de definição, que eu acho que aqui o Dr. Márcio colocou muito bem. Nós precisamos ter uma política de cultura que seja pública, que seja transparente e que seja acessível a todos, mas, principalmente, Dr. Meira, que combata essas disparidades regionais que acabam apoiando projetos muito mais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, deixando Estados tão ricos como o nosso Mato Grosso, como o Pará que também tem uma cultura fortíssima, à mercê de alguns minguados recursos. Então, eu acho que nós vamos ter a oportunidade...

Eu quero pontuar a minha fala em dois aspectos, que nós precisamos lutar contra essa coisa de estar regionalizando os recursos de grandes empresas, que inclusive chegarem até nós com muita dificuldade. Eu acho que a política nacional de cultura precisa ser democrática, precisa chegar a toda a população que faz cultura e que muitas vezes não é atingida.

Eu acho muito importante que a Política Nacional de Cultura seja exatamente estratégica, porque ela não pode ficar dependendo apenas e tão-somente da política de incentivos fiscais. Ela tem que ter um orçamento, sim, um orçamento forte, um recurso destinado porque só assim nós vamos fazer isso que o Dr. Meira disse (PALMAS). Aí, sim, nós vamos fazer essa ligação, essa identidade, fortalecer a nossa identidade cultural. Então, eu entendo que...

Uma outra coisa que eu gostaria de dizer é que realmente é muito importante que a classe política se sensibilize, se mobilize. Recentemente, o Deputado Federal Carlos Abicalil também participou na Comissão de Educação e Cultura da decisão sobre cinco emendas. Nós acabamos aprovando apenas duas emendas da Comissão de Educação e Cultura para a cultura e quatro para a área de educação. Isso nos deixou extremamente triste, porque nós queríamos, defendemos lá, que nós tivéssemos duas emendas da Comissão de Educação e Cultura para a cultura e três para a educação. Como o Dr. Meira disse aqui: “Isso faz parte da cultura, faz parte da informação do cidadão.” Se nós temos que investir em educação, nós também temos que investir na cultura porque assim nós vamos tornar, realmente, um cidadão completo.

Então, eu entendo que esta Audiência Pública... Quero agradecer ao Ezequiel, o nosso Prefeito de Reserva do Cabaçal, que é uma cidade pequena, mas que tem muita tradição cultural lá, agradeço a ele por nos acolher aqui neste momento.

Quero dizer aos companheiros que esta mobilização é fundamental.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria, para pontuar rapidamente, porque sei que o meu tempo já está se acabando, deixar aqui o meu protesto a esse corte que o Governo Estadual fez no Orçamento da cultura, que chega a quase 40%, em um total desrespeito a toda classe cultural do Estado de Mato Grosso. Eu acho que isso não pode acontecer no momento em que se diz muita coisa sobre sensibilização, mobilização. Eu acho que esta Audiência Pública tem a responsabilidade de registrar esse protesto, de fortalecer o Secretário de Cultura, que está aqui emocionado, triste, porque sabe ele que não conseguirá trabalhar com isso que foi colocado. Eu acho que a classe cultural, em outros momentos, através do seu Conselho Estadual de Cultura... Está aqui o representante, Sr. Jurandir, que foi Secretário durante os anos do Governo Dante Oliveira e fez um grande trabalho, e fez porque teve o apoio de vocês, a força de vocês, a mobilização de vocês. Eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

acho que isso será o mais importante aqui, hoje, essa demonstração de força, de unidade e de vontade para que a cultura continue merecendo o espaço político, o espaço que ela sempre teve.

Muito obrigada, a todos! Peço desculpas por me retirar, mas eu tenho mais três compromissos. Então, eu tenho que cumpri-los.

Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência que é a responsável por esse movimento, e tantos outros companheiros, meus parabéns por esse movimento.

Muito obrigada e boa-noite! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Deputada Thelma de Oliveira.

Nós queremos registrar a presença do Sr. Alexandre Luiz César, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério de Integração Nacional, e também da Sr^a Marili Costa Marques, da Irmandade de São Benedito, Ordem dos Cavalheiros, de Poconé. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Ezequiel Ângelo da Fonseca, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, a quem desde já agradecemos por nos ter cedido este espaço.

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO FONSECA - Eu quero cumprimentar o Presidente que dirige os trabalhos desta noite, Deputado Mauro Savi; cumprimentar todos os Deputados Estaduais que se fazem presentes: a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Joaquim Sucena, o Deputado Juliano Jorge; o Deputado Federal Carlos Abicalil; o Exm^o Secretário Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yênes Magalhães; o Exm^o Sr. Secretário Estadual de Cultura, Sr. Benedito Paulo de Campos; o nosso ex-Secretário de Cultura, meu colega Jurandir, enfim, todos que aqui estão presentes, pessoas que gostam, que defendem a cultura - aqui o Sr. Tito - de Mato Grosso, meu companheiro ali Guapo, o Jeje e tantos outros. Eu estou perdido aqui no meio de tantos colegas da cultura.

Quero falar aqui da satisfação de sediar um evento de tal abrangência, que desde a sua organização já conta com as mais representativas instâncias produtoras e articuladoras da cultura em nosso Estado: a Assembléia Legislativa, criadora e defensora das leis que regulamentam os mecanismos de incentivo estadual à cultura, o fórum permanente de cultura, organismo congregador de artistas e produtores culturais, os verdadeiros construtores das ações que dão visibilidade à cultura do nosso Estado, e nós da AMM, vertente municipalista, braço institucional mais próximo do cidadão e, hoje, mais do que nunca comprometidos com a defesa da cultura mato-grossense.

Sinto-me honrado com a visita do representante do Ministério da Cultura, Dr. Márcio Meira, e anseio pelos esclarecimentos que possam vir dele com relação às diretrizes já definidas na instância Federal, do nosso Deputado Federal Carlos Abicalil que também é um defensor que pode também nos ajudar lá no Congresso Nacional.

Saibamos as reais conseqüências da reforma tributária na regulamentação das leis de incentivo à cultura. Urge alcançarmos o recurso da Lei Rouanet, até este momento excessivamente focado na região Sudeste e no litoral brasileiro. Urge também um maior envolvimento da iniciativa privada no patrocínio de projetos beneficiados pela renúncia fiscal e outros, mas que tragam benefício para a sociedade e para a imagem de suas empresas. Urge também que todos os municípios constituam seus conselhos municipais de cultura e que esses sejam gestores das políticas municipais de cultura. E aqui nós temos prefeitos. Nós estamos aqui com o Prefeito de Vila Bela, o Prefeito Francinha, lá da cidade de Guiratinga, o Prefeito Bruneta, da cidade de Santo Antônio do Leste, o Vereador Miguelão que é lá da cidade de Barra do Garças que podem ser parceiros para que nós possamos constituir esses conselhos em cada município. Urge, enfim, que tenhamos a clareza de que a cultura de um povo está intimamente ligada à identidade de cada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

cidadão e tem tanta importância quanto a saúde, quanto a educação, o emprego e a segurança. Enfim, eu entendo que nenhum projeto político de cidadania se sustenta sem a cultura.

Eu quero dizer que a Associação Mato-grossense dos Municípios, desde que para cá viemos, em fevereiro deste ano, como nós gostamos muito, Sr. Márcio, da cultura de Mato Grosso e o meu município, como disse a Deputada Federal Thelma de Oliveira... Está aqui o nosso ex-Secretário que bem conhece, e esse ano mais uma vez o Secretário Benedito Paulo de Campos nos agraciou com a Lei Hermes de Abreu, através dos nossos Conselheiros, e mais uma vez nós fizemos lá uma feira cultural belíssima, que foi o V FEIART.

Então, eu entendo que a AMM devia, e como nós estávamos aqui na Presidência, nós criamos, Deputado Eliene, o Núcleo de Cultura. Nesta semana completou seis meses o Núcleo Cultural da AMM. E aí nós já temos alguma coisa, eu gostaria de apresentar o que nós fizemos, ainda que pequena, bastante humilde, mas nós já conseguimos a participação em ações culturais em onze municípios: Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Campos de Júlio, Aripuanã, Reserva do Cabaçal, Jauru, Vera, Alta Floresta, aqui mesmo em Cuiabá, com o nosso colega Secretário de Cultura - eu o vi agora há pouco aqui - e em Cáceres. Através de parceria, colaboramos na realização de quatro projeções de cinema no Município de Nossa Senhora do Livramento, do Município de Indivaí, novamente no Município de Reserva do Cabaçal - e o Município de Reserva do Cabaçal tem um certo privilégio - lá também em Nossa Senhora do Livramento, no Mata-Cavalo de cima, na zona rural lá de Nossa Senhora do Livramento.

Colaboramos em cinco números do boletim informativo da AMM, criando um espaço novo para a difusão cultural também. E aí a nossa colega Cacá tem nos ajudado bastante, porque é lá do setor da imprensa, tem nos ajudado nessa divulgação. Estabelecemos acordos de cooperação com a UFMT e com o SESC Arsenal. O SESC Arsenal tem sido um grande parceiro e a UFMT também nesse sentido. Nós criamos aqui o Selo AMM Ação, ação em meio ambiente, ação no social, ação no turismo e não podia ficar de fora o selo em ação cultural.

Participamos da Feira Internacional do Pantanal, oportunidade na qual estamos estabelecendo um contato de correspondência com cada município que estava ali participando. Este ano foi um ano recorde, quarenta e seis municípios estavam lá participando e nós estávamos também presentes observando a parte cultural, a parte turística, porque aqui também tem o setor de turismo.

Em ritmo lento e constante, também o Projeto Literatura Mato Grosso Adentro, que tenta estabelecer uma ponte entre o livro e os municípios mato-grossenses.

Realizamos uma mostra cultural com livros, telas, artesanatos, decoração e declamações regionais, aqui na sede da AMM. Nós estamos tentando envolver a nossa AMM, os nossos funcionários na parte cultural.

Participamos da realização de uma audiência pública de alcance federal, porque nós sempre estamos envolvidos junto com a Luciene e tudo que se diz cultura. Não é, Luciene? Isso com uma estrutura física mínima, já que a sede do núcleo está em construção. Não sei se vocês já observaram, mas aqui do lado nós tivemos que achar um lugar para que a Luciene pudesse trabalhar mais tranquila e também para receber vocês que gostam da cultura e que apreciam. Então, nós estamos preparando uma sala para que vocês possam vir visitar, possam vir trazer suas idéias e fazer um trabalho em parceria.

Enfim, eu acho que esta é ainda uma pequena contribuição que a Associação Mato-grossense dos Municípios pode dar. Eu acho que é uma pequena contribuição que nós fazemos com muito carinho, com muito gosto, porque como falamos somos de um município bastante pequeno, mas que entendemos que a cultura realmente fomenta o município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Nós conseguimos com isso, Dr. Mário Meira, fazer com que aquele Município desenvolvesse um lado econômico, inclusive, envolvendo com os núcleos culturais, levando e incentivando a cultura do Município de Reserva do Cabaçal, aproveitando e divulgando toda cultura mato-grossense. Era isso, muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Muito obrigado, Prefeito.

Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-noite a todos e a todas!

Eu quero agradecer este momento que nós estamos vivendo aqui para discutir cultura. Nós vemos tantas pessoas ilustres nesta platéia interessadas neste tema, é um tema que, às vezes, nós não valorizamos no Orçamento, no nosso dia, mas mexe com a vida das pessoas, tanto é que hoje a presença significativa nesta Audiência Pública da Assembléia Legislativa.

Eu quero agradecer neste momento, primeiro, o Mário Olímpio, que é do Fórum Estadual de Cultura. Em seu nome, eu agradeço todos que são do Fórum, que nos solicitaram que fizéssemos o debate este ano sobre a cultura, sobre o Orçamento, sobre o seu planejamento. Eu me comprometi com o Fórum. E hoje, aqui, eu estou cumprindo com o que me comprometi com o Fórum.

Eu quero, também, agradecer a AMM, nas pessoas da Luciene, que ajudou bastante, que é articuladora desta Audiência Pública, e do Prefeito Ezequiel.

Eu quero agradecer o Secretário Estadual de Cultura, Sr. Benedito, que nos recebeu, hoje, na Secretaria de Cultura; recebeu o Márcio Augusto Freitas de Meira carinhosamente. Uma recepção que me comoveu muito, que teve a sensibilidade de receber, de expor, hoje, como expôs, um projeto que a Secretaria vê como prioridade, que é o Projeto de Vila Bela.

Eu também agradeço o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, que está aqui conosco, que se dispôs a vir a Cuiabá; ao Deputado Federal Carlos Abicalil, que está presente.

Na pessoa do Deputado Estadual Mauro Savi, quero agradecer todos os Deputados Estaduais, o Exm^o Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Magalhães, os Vereadores, os Prefeitos aqui presentes. Agradecemos a presença de todos.

Eu quero dizer que a cultura, para mim, promove a vida. A cultura promove o movimento. Ela é um movimento em si. Então, não tem sentido a vida sem a cultura. Como disse o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, hoje, imagine ficar uma semana sem escutar uma música, sem assistir a um filme, sem ler um livro, sem poder ir ao cinema! Imagine retirar isso uma vez na semana da sua vida! Então, a cultura está presente. Não tem como separá-la da sua vida. E, na verdade, quem pensa que cultura não promove emprego e renda, está redondamente enganado. Aqui já foi demonstrado que nós temos que incentivar e apoiar até em função do potencial que tem a cultura para a vida das pessoas e, inclusive, para gerar emprego e renda.

A princípio, eu estou Presidente, na Assembléia Legislativa, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, e nessa Comissão nós já realizamos uma audiência para tratarmos da educação e do esporte. Lá fizemos uma exposição dos dados.

Então, eu quero dizer que este momento é para refletirmos o que é o Orçamento, o que ele contém. É uma ação propositiva. Eu vejo uma platéia como esta, enorme, que quer discutir a cultura e que defende a cultura e nós vamos acompanhar agora através dos dados o que tem definido. E se nós queremos mudar, como que vamos mudar? Essas pessoas vão promover essa mudança. Então, esta Audiência Pública é no sentido propositivo.

Até alguém dizia que algum dia nós precisamos governar o Governo. Então, até de nós convenceremos o Governo interiormente de que cultura também deve ser vista como prioridade assim como é a educação, a saúde, a segurança, o transporte, etc. Ela não pode ser uma área que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

você vai deixá-la por último, a última das últimas coisas que têm, você deixa lá um recurso pequenininho para a cultura, para, pelo menos, constar no orçamento. Então, a cultura tem que ter a mesma prioridade ao lado de todas essas áreas aí. Por isso, este trabalho que nós estamos apresentando com os dados é para nós refletirmos e aí nós vamos trabalhar no sentido, eu já digo aqui, de reverter, porque o que foi anunciado aqui foi, inclusive, um estudo que nosso gabinete já apresentou com relação a algumas áreas do orçamento. Então, vamos lá.

(NESTE MOMENTO, A ORADORA PROSSEGUE SUA EXPLANAÇÃO, FAZENDO USO DE DATA-SHOW.)

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu sei que nós temos pouco tempo, mas até para as companheiras e companheiros que estão hoje aqui no plenário saberem, primeiro, nós pegamos o PPA, que é uma das peças orçamentárias que trabalha o orçamento dos próximos quatro anos, e o recurso previsto para o PPA é de doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões. Desses doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões, vocês estão vendo ano a ano ali a previsão de recursos previstos. E eu já quero fazer uma crítica, porque a arrecadação que nós estamos acompanhando até o momento já ultrapassa o valor previsto para 2004. Portanto, ela já está bem abaixo do que nós estamos arrecadando hoje no Mato Grosso. Até agosto, a arrecadação toda já era de dois bilhões e quinhentos milhões de reais. Portanto, ela já perfazia praticamente quase 80% daquilo que foi previsto para 2003, que é de três bilhões de reais. Nós separamos ali os que são programas. Estamos vendo lá no primeiro o Programa de Apoio Administrativo o valor previsto. Quer dizer, praticamente metade do PPA. Depois os Programas Finalísticos e os Programas de Gestão de Políticas Públicas. Sendo que para programas específicos do PPA, cinco bilhões, setecentos e setenta milhões. E nós separamos ano a ano com relação a Apoio Administrativo que, na verdade, há um aumento gradual nos gastos com pessoal e encargos e há uma diminuição substancial nos recursos das parcerias.

Também separamos aqui com relação a 2004 até 2007 a ascensão desses programas, nós vamos ver que alguns programas ampliam, outros diminuem, outros, inclusive, no primeiro ano de 2004 e 2005, há uma queda considerável quando está em parênteses, e quando não está em parênteses é positivo. Nós pegamos esse objetivo estratégico, aqui são vários objetivos estratégicos dentro do PPA e quanto que cada objetivo desse representa em termos de recursos em relação aos objetivos estratégicos e em relação ao PPA como um todo. Na primeira coluna em relação a todo PPA, na segunda em relação aos objetivos estratégicos. Nós até frisamos isso aqui, fizemos questão de trazer para os senhores perceberem que há alguma concentração para alguns objetivos, em outros há uma queda, uma previsão mínima de recursos.

No objetivo estratégico nº 1: melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania é que estão os programas da cultura. Os senhores estão vendo lá, pegamos o intercâmbio e a integração cultural, que representa 0,20% do total dos objetivos. E o outro que é a preservação do patrimônio cultural e ambiental, que representa 1,73% dos objetivos estratégicos. Até para compararmos com outro programa do Governo, que é o Meu Lar, que é o de construção de moradias, que representa 5,68% de todo PPA. E, comparar também o Programa Estradeiro, que é o de construção de estrada, que representa 16% de todos os objetivos estratégicos. E aqui, este é um quadro que nós usamos em outra fala. Aqui são os órgãos, nós temos o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa, quanto que isso representa no total do PPA.

Agora, pegamos a cultura especificamente em relação ao Orçamento de 2003 para 2004. Então, os senhores vão perceber que realmente há uma queda em termos de valores de 2003 para 2004 na ordem de 58%, da Secretaria Estadual de Cultura. Em termos proporcionais 66%. Nós estamos trabalhando nesse quadro proporcional, que é o que representava o orçamento de cultura no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

orçamento de 2003 em termos proporcionais e a queda dele para 2004. E nos investimentos que também tem uma queda considerável, pelo menos, não tem previsão de Orçamento. Então, resumindo lá, o Orçamento Geral cresceu 25% em 2004, mas o Orçamento da Secretaria da Cultura caiu 58% em números absolutos, é 66% em termos proporcionais. Os investimentos, praticamente, não têm previsão ali nesse quadro. Nós pegamos as subfunções, vemos lá administração, já tem previsão no Orçamento de 2004, a previdência que tem uma queda considerável na ordem de 24% e a função cultura que cai em absoluto 61% e proporcionais 69%, uma perda de mais de três milhões de reais. Aí pegamos algumas subfunções, fizemos esse comparativo porque como está em verde, ele não tinha previsão em 2003, ele aparece para 2004. Então, vocês vejam que é a primeira lá: subfunção e administração geral. Há uma queda de 24%, a tecnologia da informação também cai, mas aparece essa formação de recursos humanos com seis mil reais. Depois tem a previdência do regime estatutário, que também cai um pouco; a subfunção patrimônio histórico, artístico e ecológico cai 99%; e a difusão cultural que cai 92%. Isso é para nós sabermos onde foram as quedas e quais subfunções específicas. Continuando, nós percebemos que o apoio administrativo e que também no caso dos incentivos às atividades de produção cultural, intercâmbio, integração cultural, caíram 92%; programa de modernização gerencial e tecnologia do sistema estadual de apoio à cultura; gestão da tecnologia de informação cai 75%, mas já aparece essa formação e capacitação dos servidores com seis e trezentos reais; e programa de previdência de inativos e pensionistas do Estado, como já tínhamos enfatizado, tem uma queda pequena. O programa de preservação do patrimônio cultural do Estado, preservação do patrimônio cultural e ambiental, também uma queda de 99%.

Aqui são as categorias econômicas que surgem em 2004 na Secretaria da Cultura, a função administração, com apenas dez e oitocentos; a previdência social que eu já havia enfatizado anteriormente, que tem queda e tem os absolutos proporcionais e a questão das despesas de capitais que não aparecem nas subfunções.

Os grupos de despesas, no caso de recursos ordinários do Tesouro Estadual, continua, mantêm, mas há uma queda de 27%. Pessoal e encargos também; outras despesas correntes, investimentos. Convênios firmados pela Secretaria de Estado e Cultura já não têm previsão para 2004. Outras despesas correntes: aqui não tem nem investimentos.

Esse é o Fundo Estadual de Cultura, que já há uma ampliação de 60% em termos absolutos, mais 28% em termos proporcionais, mas isso não compensa as perdas anteriores da Secretaria Estadual de Cultura, que foram na ordem de mais de dois milhões de reais. Mesmo recuperando quatrocentos mil para o Fundo Estadual, não recuperamos o que perdemos em relação à Secretaria Estadual. Esses em verde são programas. Quando aparece em amarelo é porque tinha em 2003, mas não tem para 2004. Então, ali dá para vocês... Implantação de Sistemas Municipais de Cultura. Apareceu. Talvez, depois o Secretário de Cultura ou o Secretário Yênes Magalhães fale porquê. Implantação do Modelo de Gestão, também, não apareceu. Mas já apareceu. Capacitação para gestão de atividades culturais: valor de seis mil e trezentos. Promoção de Eventos de Difusão Cultural: não tem previsão. Realização de ações culturais: aparece com dezenove mil. Reforma do prédio do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso: não tem previsão para 2004. Inventário do acervo patrimonial e capacitação para educação patrimonial, também, não apareceram com recursos orçamentários. Ali são projetos. Estamos vendo o primeiro: Apoio ao Patrimônio Histórico dos Municípios, também, não apareceu. Restauração dos patrimônios históricos com quatro mil reais. Tombamento do patrimônio histórico não apareceu. Realização dos inventários para tombamento já aparece com cinco mil, duzentos e cinqüenta. E o Memorial Rondon. Eu gostaria que depois o Secretário Yênes dissesse como ficou o Memorial Rondon, porque ele só aparece aqui com mil e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

quinhentos reais. E o Memorial Rondon, em uma reunião, este ano, em Barão de Melgaço, foi colocado pelo Secretário Luiz Pagot que irá, realmente, cumprir, fazer o Memorial. Então, eu não sei se deslocou para outra Secretaria, como está essa questão do memorial, porque o recurso é pequeno, não dá nem para fazer um estudo em relação ao memorial.

Só concluindo em relação às informações de tecnologia da informação, aparece como ações de informática: modernização e informatização da Biblioteca Pública Estevão de Mendonça, com dois mil reais; manutenção dos serviços administrativos gerais com cem mil. Remuneração de Pessoal Ativo do Estado, Encargos e Pagamento de Aposentadorias e Pensões, Servidores Civis. Agora esses projetos têm aqui a previsão, mas os valores são mínimos. Então, vejam bem, que não somam vinte mil reais no total, no caso da implantação do Centro Cultural da antiga Residência Oficial dos Governadores; implantação de biblioteca nos presídios do Estado; criação de museus; integração escola museu; implantação de teatro centro cultural, depois revitalização do museu Histórico de Mato Grosso, História Natural de Antropologia; realização de intercâmbio cultural com outros Estados brasileiros; realização de espetáculo com autodança e circo, artes cênicas/Brasil; realização de oficinas destinadas à conservação, à preservação e reparos de acervos bibliográficos nos zoológicos e implantação de oficinas de artes nos presídios.

Então, esses valores mesmos orçados, na nossa avaliação, são poucos para cumprir esses programas. Por isso, que eu digo que é uma ação propositiva que nós vamos ter que brigar para que esses recursos sejam ampliados, para acontecer essas ações. E quero aqui me colocar ao lado do Secretário para que isso ocorra.

Esse é do Fundo que eu já citei anteriormente: ampliação de caixa de 498 para 800, mas que não recupera o que perdeu. Só para informar para vocês da execução orçamentária na cultura até agosto era de 40%. De cinco milhões, oitocentos e setenta mil previstos para 2003, já haviam sido gastos dois milhões, trezentos e noventa. Ou seja, até agosto praticamente a Secretaria já tinha gasto dinheiro, que é a previsão para 2004. Então, para vocês verem que é pouco recurso, vai ser pouco. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Muito obrigada, Deputada Verinha Araújo.

Convido o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yenês Magalhães, para fazer uso da palavra.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sr. Presidente desta Audiência Pública, Deputado Mauro Savi, Deputada Verinha Araújo, Deputado Federal Carlos Abicalil, Deputado Joaquim Sucena, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Dr. Márcio Meira, do Ministério da Cultura, nosso companheiro Benedito Paulo de Campos, Secretário de Cultura do Estado, Sr. Alexandre César, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Deputado Eliene. Eu cumprimento todas as senhoras presentes em nome da Vereadora Enelinda - eu sou Vereador por Cuiabá também - cumprimento todas as mulheres aqui presentes e cumprimento os homens em nome de um amigo de longa data, Sr. Mário Olímpio.

Sem dúvida alguma, a sua apresentação, Deputada Verinha Araújo, fez todo mundo rir, mas nós vamos tentar esclarecer para todos o que é que aconteceu.

O Sr. Márcio disse que Município, Estado e União pouco se importam com a cultura. Na verdade, quem diz o Orçamento somos nós, é a população. A população de Mato Grosso estabeleceu que a prioridade zero era a questão da segurança pública. Quando nós propusemos ao Governador o contingenciamento do Orçamento do Estado, nós conseguimos com essa atitude fazer com que o Estado possa investir na área de segurança pública em todo o Estado de Mato Grosso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

algo em torno de quarenta milhões da fonte do Tesouro. Para que isso acontecesse alguém iria perder. Não tinha outro jeito.

Então, é uma pena que a Deputada Federal Thelma de Oliveira falou e teve que sair rapidamente. Quando falamos, temos que ficar para ouvir, até porque o Governo Blairo Maggi está trabalhando com orçamento elaborado pelo Governo passado, e um orçamento irreal, essa é a grande verdade. Nós pegamos o Estado com trezentos e dez milhões negativos para começar o ano. Então, fomos obrigados a fazer um contingenciamento. Esse contingenciamento primeiro foi de 50% e depois mais 20% em todas Secretarias. Então, o orçamento da Secretaria de Cultura não era os cinco milhões e poucos... Foi colocado, Deputada Verinha Araújo, porque era um orçamento irreal. O orçamento da Secretaria de Cultura para este ano é de dois milhões, seiscentos e vinte e um mil reais e no orçamento para o ano que vem é de dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil reais. Está baixo! Também entendo...

Eu vejo o seguinte: primeiro, nós temos que analisar a questão do orçamento para o ano que vem. O ano que vem é um ano atípico, Deputado Carlos Abicalil. Quando foi discutida a repactuação da dívida do Estado, ano que vem nós pagamos a última conta gráfica. Então, nós pagamos ano que vem cem milhões a mais do que em 2005. Em 2005, ele cai. Então, para o ano que vem, Mato Grosso vai pagar seiscentos e trinta e oito milhões de dívida pública. E nós estamos pedindo aos Deputados Federais e Senadores que nos ajudem, nós estamos tal qual a mesma empresa contratada pelo Zeca do PT em Mato Grosso do Sul que está analisando a dívida do Estado. Já encontramos que existe diferencial muito grande em cima do cálculo feito, nós não estamos falando nada dentro da legalidade, existe muita coisa em duplicidade e nós vamos encaminhar isso para o Governador, para que ele, junto com a Bancada dos Deputados Federais e Senadores, consiga pedir ao Presidente da República... Nós não estamos querendo deixar de pagar a dívida, o que nós estamos querendo é que esse policial seja ele qual for, que ele seja aplicado no social em Mato Grosso.

O que nós não podemos... Mato Grosso é o segundo Estado que mais cresce neste País, tem que ser tratado com respeito, com dignidade, pelo que isso representa, pela sua posição geopolítica, pela sua condição de ser hoje um dos Estados que mais produz neste País. Eu tenho uma preocupação muito grande com relação a isso. Eu já tive oportunidade de ser Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, sou vereador por Cuiabá, sou cuiabano, sou mato-grossense e sei que o futuro nosso não é a questão da produção agrícola, nós precisamos trabalhar muito a produção agrícola, sem dúvida alguma. Está aí a nossa redenção. Mas, no futuro, a redenção de Mato Grosso não é essa. É aquilo que sempre digo, é exatamente o fato de nós moramos no paraíso. Mato Grosso é o único no mundo, não existe um Estado neste mundo que tenha três ecossistemas distintos. Mato Grosso é formador das duas principais bacias hidrográficas da América Latina, que é a Platina e Amazonas. Então, Mato Grosso precisa ser tratado com respeito. É inadmissível que Mato Grosso, o segundo Estado que mais cresce neste país, seja o vigésimo terceiro Estado a receber recursos da União. Se não fosse o trabalho dos Deputados Federais e Senadores, é inadmissível! Mato Grosso é o segundo Estado que mais cresce e está atrás de Alagoas! Nós precisamos ter esses recursos.

Então, na verdade, quando estabelecemos, aí sou uma pessoa transparente, quando eu assumi a Secretaria, nunca escondi de ninguém, sou engenheiro agrônomo, com especialização em trânsito e transporte, porque eu fui obrigado a fazer especialização em trânsito e transporte para gerenciar o trânsito e transporte em Cuiabá, não tinha outro jeito e acabei ficando na Secretaria por 08 anos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

E aí, gente, eu digo para vocês: este ano é um ano de eleição de prioridades. Somos nós todos que estamos nesta sala, temos esse compromisso, essa obrigação de sair daqui e dizer para a população que cultura é prioridade. Se não dissermos, durante os fóruns regionais vai dividir Mato Grosso em 16 regiões e fomos ouvir a população. Infelizmente, o que nós ouvimos não é cultura. Nós ouvimos gente pedindo escola, pedindo ambulância, pedindo segurança, pedindo... Mas ninguém lembra da cultura. Isso tem em torno de... Nós fizemos dezesseis fóruns em dezesseis cidades mato-grossenses. Ninguém lembrou de cultura; ninguém lembrou de turismo. E quando eu falo que nós moramos em um paraíso é porque a nossa redenção é o turismo. E a cultura está aí inserida. É só no turismo que nós teremos, daqui a alguns anos, a produção de emprego, a geração de emprego. É disso que nós precisamos. Então, depende de cada um de nós que está aqui.

Agora, esse orçamento colocado... Na verdade, no mês de março, Deputado Joaquim Sucena, nós tínhamos a obrigação de encaminhar até o dia 15 de abril a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Primeiro ano de Governo isso é lastimoso, porque não se sabe o que se planejará. O PPA nós encaminhamos agora, há um mês atrás. No dia 15 de abril nós tivemos que encaminhar a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. E naquele momento, Luiz, o que nós tínhamos era uma realidade totalmente aversa. Nós tivemos que contingenciar, cortar recurso de todo mundo para tentarmos fechar o ano o mais próximo possível do real. E o que aconteceu? Nós fomos obrigados, Deputado Mauro Savi, a encaminhar um projeto do qual não tínhamos total conhecimento. A própria Deputada Verinha Araújo acabou de colocar que a Secretaria, o que ela gastou... Perdão, que o PPA já está fora da realidade. Mas nós tínhamos aquele momento para encaminhar. Então, naquele momento, foi encaminhado.

E eu quero agradecer aos Srs. Deputados, porque pela primeira vez nesse Estado está se abrindo a discussão da LDO, do PPA, do Orçamento. É mais importante do que isso: no PPA há uma garantia que todo ano, até o dia 15 de abril, eu terei que rever o PPA para que Vossas Excelências possam atualizá-lo. Então, isso é extremamente importante, porque até o dia 15 de abril eu vou ter que fazer toda revisão do PPA para que possamos adequá-lo a uma nova realidade. E aí, Deputada Verinha Araújo, nós adequamos, também, a questão financeira.

Agora, nós temos a questão... Nós estamos trabalhando um projeto da Loteria Estadual. É um projeto que está sendo discutido, mas na Loteria Estadual nós vamos prever... Ele está sendo criado para um percentual para o esporte e por que não um percentual para a cultura? Na sexta-feira, eu tinha três compromissos, eu cancelei dois compromissos e passei a manhã toda com o Secretário Benedito Paulo e com toda a sua equipe. Eu fui lá e falei para o Dito o que eu posso fazer, qual é o mínimo que a Secretaria precisa para que nós possamos discutir com o Governador e com os Srs. Deputados, porque quando nós encaminhamos o Orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias à Assembléia Legislativa, eu não tinha conhecimento, Vereadora Enelinda Scala. E mais que isso, você tenta atender o todo.

E agora que nós precisamos, com esta discussão que a Assembléia Legislativa está proporcionando à sociedade, que nós vamos estabelecer qual é a prioridade. E eu disse no dia em que eu entreguei o PPA para o Presidente Riva, que era uma proposição. A Deputada Verinha Araújo abriu exatamente com essa proposição: é uma proposição. E nada mais oportuno do que este momento com os Srs. Deputados para fazer a sua avaliação, ouvir a sociedade, o que os senhores estão fazendo para adequá-lo a uma realidade. Mas eu já tinha me comprometido com o Secretário Benedito Paulo que tudo que depender de mim, eu iria fazer para que a cultura seja tratada como ela merece. Eu tenho esta visão, não é porque nós estamos aqui e que nós estamos sendo criticados.

Foi me perguntado pela Elaine a respeito - pessoal, eu não estou respondendo a pergunta, é porque nós estamos com o Dr. Múcio, da Secretaria de Fazenda, porque eu estava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

conversando com ele antes de começar esta Audiência Pública. Na verdade, os empresários aderiram ao ICMS Garantido integral e isso acabou impossibilitando os produtores culturais de irem atrás desse recurso. Então, eu falei: Múcio, o que pode ser feito? Ele falou: É simples, gente. Daqui desse fórum, Márcio, vamos tirar uma Comissão para sentar com o Múcio, representante da Secretaria de Fazenda, para vermos o que precisa ser feito, porque não precisa mais de lei, a lei já está garantida. Depende de um decreto do Governador para nós fazermos essa adequação para que nós possamos resgatar isso que está sendo perdido. Então, o Múcio está à disposição. Eu estou falando isso em nome do Secretário de Fazenda também, para que nós possamos discutir com vocês e vermos de que forma nós podemos reverter esse processo.

Agora, cultura também é feita com parceria. Com toda essa dificuldade que nós estamos no Orçamento do Estado, porque nós tínhamos, neste ano, orçado em 153 milhões para investimento no Mato Grosso e para o ano que vem nós temos 30 milhões para todo o Estado de Mato Grosso para manutenção da máquina e investimento. Isso é ridículo! Significa que no ano que vem a situação seria pior que este ano. Mas não é verdade, porque pela primeira vez nós elaboramos o orçamento real em Mato Grosso. Os Srs. Deputados sabem disso. Nós não fizemos uma projeção de excesso de arrecadação no ano que vem de 300, 400, 500 milhões. Não fizemos os Secretários trabalharem em cima de uma projeção que não ia ser realizada e depois ter que fazer o que nós fizemos este ano, ter que meter o facão e começar a cortar todo mundo. E aí você corta de forma linear e acaba prejudicando muitos projetos. Então, nós fizemos o orçamento no zero. Vai ter essa arrecadação? Vai, todo ano tem! Este ano o incremento da arrecadação é de 20% em cima do que estava orçado. No ano que vem também vai acontecer, só que todo incremento que tiver vai ser para construirmos e nós estamos fazendo o inverso, ao invés de cortarmos, tudo que tiver a mais vai ser para construirmos. Aí que eu digo da importância desse fórum, por quê? Porque lá naquele momento, em janeiro, em fevereiro, é a hora que se decide onde se investir esses excessos.

Então, precisa estar estabelecido que cultura realmente é importante para a sociedade, para que possamos estar naquele momento investindo. E o Governador procurou... Nós temos alguns exemplos aqui, o Arquivo Público Estadual é parceria; a recuperação da Igreja Bom Despacho é parceria; São Gonçalo, Beira Rio, é um projeto que está sendo feito pelo Governo do Estado e que vai resgatar, vai ser asfaltado, vai ter uma área para treinamento de pessoal, para levar as escolas, para aprender a fazer o artesanato com argila. Quer dizer, todo esse trabalho que nós estamos buscando fazer. O Palácio da Instrução está sendo recuperado em parceria, o Governador conseguiu essa parceria. Só aí, se formos somar quantos milhões de parcerias que estamos conseguindo, é muito maior do que o orçamento. Nós temos que usar da criatividade, de estarmos buscando e, eu sempre digo, o Governador Blairo Maggi tem um nome muito forte empresarialmente, então ele tem essa condição de estar buscando parceiros para que possamos estar concretizando muitos dos nossos sonhos.

Foi lançada na semana passada, Deputado Mauro Savi, a Praça das Bandeiras, ali no CPA. É um projeto da maior grandeza, porque ali vai estar inserido a Secretaria de Cultura, porque a cada três dias vai ter a bandeira de uma cidade. E o Governador pediu ao Secretário Benedito Paulo de Campos para fazer um projeto, para que o Prefeito saiba. Por exemplo, o Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, o Sr. Joel - que eu vi aqui agora há pouco - deve ficar sabendo que de 1º a 03 de agosto é o Município dele, é a bandeira dele que vai estar ali na frente. Então, que naquele dia, aquela cidade promova uma exposição, promova manifestações culturais, com alimentação típica. Quer dizer, são coisas que, realmente, temos esse espaço.

Nós estamos discutindo um outro projeto lá no Liceu Cuiabano, da maior grandeza, que é a autorização... Vou dizer para os senhores, porque nós estamos tendo uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

dificuldade em relação à diretoria do Liceu Cuiabano, mas nós vamos convencer a diretoria, que todo aquele espaço da Avenida Getúlio Vargas, que é a parte do vestiário, nós estamos propondo fazer outro vestiário para eles e todo aquele espaço ser aberto para exposição de arte, para que os municípios possam estar ali apresentando, expondo... Não tem um espaço mais nobre em Cuiabá do que a Av. Getúlio Vargas, no Colégio Liceu Cuiabano, saindo para Av. Getúlio Vargas.

Concluindo, nós temos muitas coisas, Deputada Verinha Araújo, que está no Orçamento, que não está na cultura, mas está na Secretaria de Transporte, como as cidades que têm potencial turístico. Então, tem todo um trabalho da questão de cooperação da malha viária, de asfalto, como é o caso de Nobres; também temos a construção dos postos de orientação ao turista, são oito postos que estão no Orçamento da Secretaria de Transporte porque nós mudamos o Orçamento, nós estamos fazendo por programas. Então, independe se ele está nesta ou naquela secretaria, mas é um programa que vai atender aquilo. Então, nós vamos mudar toda estrutura do Estado, nós não vamos mais trabalhar da forma segmentada como é hoje. Só que isso é um trabalho para quatro anos, eu comecei agora e nós vamos finalizá-lo exatamente fazendo isso com os programas.

Eu peço ao Deputado Federal Carlos Abicalil uma ajuda com relação ao projeto de lei do Senador Antero de Barros, que está para ser colocado em pauta a qualquer momento. É um projeto que diz respeito à questão da dívida, simplesmente tira os 25% da educação e os 12% da saúde para calcular a dívida em cima do restante, porque isso já é comprometido. Então, não tem como nós fazermos... Você pega o total como fazer algum investimento... Então, se tirar isso, pelos nossos cálculos, teríamos cento e cinquenta milhões de reais a mais no Estado, por exemplo, no ano que vem para poder investir na parte social. Então, é um projeto. Eu estive com ele na semana passada, já tem parecer favorável de todas as comissões, só falta ser colocado em pauta para ser aprovado e isso vai ajudar. Ele tira os 37% da educação e da saúde.

Com relação à questão da dívida, Deputada Verinha Araújo, a senhora sabe que a lei alterou, este ano era 10,33% para saúde, ano que vem é 12%. Nós tivemos a criação para o ano que vem, para o Orçamento da FAPEMAT, do FEED - Fundo Estadual de Ensino Profissionalizante, antes 0,5% do Orçamento para a FAPEMAT, 0,5% para o Fundo Estadual de Ensino Profissionalizante. Quer dizer, para aumentar para alguém, tem que diminuir para o outro. Então, o momento é mais do que oportuno para nós podermos discutir essa questão do que é prioridade.

Eu disse na última Sessão com os Deputados que o projeto está onde deveria: na Casa de Leis, na Casa do Povo. Será nesse momento que os Deputados poderão somar, poderão nos ajudar a fazer com que o Orçamento do Estado seja o mais real possível, dentro da necessidade da população.

Eu agradeço esta oportunidade e me coloco à disposição. Eu já tinha procurado o Benedito Paulo, mas uma coisa é certa e sempre digo, Luiz, que eu não faço promessas. Eu não faço promessas porque eu tenho medo de não cumpri-las. Então, o que eu puder somar com vocês, o que depender de mim para que busquemos fazer essas mudanças, atualizando, trazendo para uma realidade, nós faremos sem dúvida alguma. Eu acho que tenho muitos amigos aqui dentro e espero que me julguem, talvez, no final do ano que vem, porque saberemos, realmente, o que será investido na cultura em Mato Grosso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Secretário.

Nós temos mais dois oradores inscritos, o Sr. Mário Olímpio, do Fórum Estadual da Cultura, e o Deputado Joaquim Sucena.

Com a palavra, o Sr. Mário Olímpio.

O SR. MÁRIO OLÍMPIO - Boa-noite!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

O Fórum sente-se honrado por participar deste momento.

Cumprimentamos as senhoras e senhores da Mesa, as senhoras e senhores da plenária.

Seguindo a tradição de criação coletiva do Fórum, estivemos reunidos nesse período de articulação no sábado e fizemos um documento, uma espécie de manifesto.

Eu gostaria de convidar o escritor Juliano Moreno, para fazer a leitura desse manifesto. Obrigado.

O SR. JULIANO MORENO - O Fórum Mato-Grossense Permanente de Cultura, organismo coletivo vivo, democrático, transparente, que congrega todos os atores envolvidos em todas as instâncias do fazer cultural, vem, nos últimos dois anos, de forma intensa e organizada, debatendo e apresentando idéias e propostas que contemplam o desenvolvimento de ações e projetos, que visam tornar efetiva em âmbito nacional e, principalmente, estadual, a implementação de uma política pública de cultura.

As propostas apresentadas pelo Fórum ao Ministério da Cultura e ao Governo do Estado apontam para a construção de uma política pública de cultura de caráter democrático, transparente, que respeite a diversidade e a pluralidade das culturas, que assegure o acesso aos bens gerados pela cultura, que contemple a incorporação de novas formas e fazer cultural, que incentive o surgimento de novos produtores culturais e, necessariamente, que descentralize, que democratize o acesso aos recursos destinados ao fomento e ao financiamento das atividades culturais. O Fórum Mato-grossense Permanente de Cultura reconhece que no âmbito do Governo Federal, através do Ministério da Cultura, alguns importantes passos foram dados na busca da construção da política pública de cultura.

Podemos destacar a realização de Seminário Cultura para Todos, a reforma administrativa operacional do Ministério da Cultura, a participação no debate sobre a reforma tributária e o mais relevante: a atual gestão ministerial está conseguindo a incorporação e participação da cultura como elemento fundamental nas políticas de Governo, sejam elas internas ou externas.

É evidente, porém, que há muito ainda por fazer, pois entendemos a cultura enquanto processo de ação, não de fabricação. Temos ciência da busca permanente de novos caminhos e/ou de reparos naqueles já criados. Por exemplo, a revisão dos mecanismos percentuais da Lei Rouanet para que possam ser incorporadas as empresas de pequenos e médios portes na prática de incentivo à cultura. Mas temos a esperança e expectativas positivas de que em breve este País terá uma política pública de cultura socialmente inclusiva e democrática. E em Mato Grosso? Qual é o atual estado da arte no campo da cultura?

Podemos afirmar que o quadro estadual no que tange a política de cultura é preocupante e merecedor de críticas e de reflexões. As ações políticas de medidas administrativas implementadas pelo Governo estadual evidenciam, em nosso entender, o descaso e o descompromisso com a construção de uma política pública de cultura democrática. Podemos elencar vários exemplos, mas vamos apresentar apenas alguns. Corte de contingenciamento do Orçamento de 2003, que já era insignificante, tornou-se inexistente, obrigando a Secretaria a cometer um ato ilícito a utilizar os recursos do FUNDEC - Fundo destinado ao apoio de projetos especiais para saldar dívidas de custeio e manutenção da estrutura administrativa do órgão. Profundos cortes no Orçamento previsto para 2004 estimados em 40% de um montante financeiro já pequeno; loteamento político dos cargos de gerência, sacrificando os profissionais do quadro efetivo; desmonte e mudança da estrutura administrativa e de controle do Conselho Estadual de Cultura não levando em conta a memória e as práticas administrativas adotadas por gestões anteriores; retardos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

inexplicáveis na definição do valor da renúncia fiscal destinado a incentivos de projetos e da publicação do edital que regulamenta a apresentação de projetos. Essas ações e práticas demonstram e confirmam o quadro preocupante em que se encontra a área da cultura em Mato Grosso.

Para agravar, nenhuma das propostas encaminhadas pelo Fórum, ou por outras entidades da sociedade civil foram adotadas ou, pelo menos, discutidas. Percebe-se um visível isolamento da Secretaria de Estado e do Conselho Estadual de Cultura no âmbito da estrutura administrativa do governo e, o mais preocupante, encontram-se ausentes na promoção das necessárias articulações com a sociedade civil. Articulações essas que poderiam contribuir para assegurar as conquistas já realizadas, fortalecer e fazer avançar o processo que, enfim, implemente uma Política Pública de Cultura.

O Fórum Mato-grossense Permanente de Cultura entende que, por não caber exclusividade ao Governo do Estado o desenvolvimento de uma Política Cultural, está propondo a articulação de uma aliança entre as administrações municipais e as entidades da sociedade civil, principalmente, as municipais envolvidas no Fazer Cultural, para que juntas possam promover os avanços necessários que efetivem a existência de uma Política Pública de Cultura no Estado de Mato Grosso.

Assim, o Fórum, propõe:

a) que Associação Mato-grossense de Municípios - AMM, representante máxima dos municípios, articulada com outras entidades, incorpore em sua ação política e administrativa a realização, no primeiro semestre de 2004, das Conferências Municipais de Cultura. Essa iniciativa, além de possibilitar uma discussão democrática sobre questões relativas a política cultural de cada município, servirá de instância preparatória para a realização, no segundo semestre de 2004, da I Conferência Estadual de Cultura;

b) que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em caráter de urgência, a partir de encontros com representantes do Fórum, com outras entidades e órgãos da administração estadual, promova a revisão das leis que regem o Sistema Estadual de Cultura.

Além dessas propostas, o Fórum reafirma as propostas anteriores encaminhadas, através de documentos públicos, aos Governos Federal e Estadual. Muito obrigado pela atenção de vocês e por este momento (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu queria, inicialmente, dizer boa-tarde, mas já é boa-noite, porque já se passou, foi muito interessante esse passar, porque nós tivemos oportunidade não só de observar aquilo que se pretende, como também aquilo que é possível fazer nesse setor.

Durante as falas fiz algumas anotações e sou extremamente prático. Dentro dessa praticidade, quero cumprimentar as pessoas presentes, através da Deputada Verinha Araújo, que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, onde se inclui a cultura, e, através do Deputado Mauro Savi, cumprimento os demais companheiros que aqui estão.

Para abreviar e antecipar para que todos possam fazer uso da palavra o mais democraticamente possível, quero dizer que dentre as minhas observações, eu fiz algumas colocações, sendo que uma delas foi dita pelo nobre representante do Ministério da Cultura, que a cultura é um direito do cidadão. Para ser um direito do cidadão, ela tem que ser dever de alguém, e neste momento seria dever do Estado. E como dever do Estado, nós não podemos mais sobreviver com a cultura única e exclusivamente na individualidade, que é proporcionada pelos incentivos fiscais que promovem a individualidade e não a coletividade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Eu tenho uma preocupação muito grande com a regionalização. Aqui foi colocado que nós devemos esquecer, nós temos necessidade, porque até hoje o que nós estamos assistindo em nível federal com relação a Mato Grosso, é que nós temos a cultura dos Estados do Sul, da qual a grande migração fez de Mato Grosso um celeiro. Hoje, também a cultura nordestina e, por que não a cultura amazônica através do Parintins, que é de conhecimento em nível nacional. E nós não conseguimos ter aqui, regionalmente, mecanismos para fazer com que a nossa cultura chegue também a padrões nacionais. Isso nós devemos cobrar. Aqui convoco o nobre Deputado Federal Carlos Abicalil, juntamente com a nossa Bancada, para criar mecanismos para fazer com que nós possamos, o Centro-Oeste, nesse particular, especificamente Mato Grosso, possa ter acesso em nível nacional para que nós possamos dar aí, sim, a abrangência da cultura, não a individualidade da cultura (PALMAS).

Nesse particular, eu gostaria que nós tivéssemos por parte do Governo Federal, mecanismos que diminuíssem essas desigualdades regionais, para que possamos ter, exatamente, uma das coisas que eu acho que é fundamental: projetos em nível nacional que possam ser aqui, no Estado de Mato Grosso, implantados, juntamente com o Estado e com os Municípios. Do contrário, se não tivermos uma política nacional de cultura, não conseguiremos sobreviver aqui, no Estado de Mato Grosso, única e exclusivamente com os nossos recursos. Essa preocupação nós temos que ter. E quando se vê números, temos que ver os números que serão executados e não os números que estão sendo propostos. Normalmente, o que se faz é uma propositura numérica que abrange tudo e atende todos, que vai terminar no famoso contingenciamento, quer em nível nacional, quer em nível estadual. E isso não nos permite ter a tranqüilidade daquilo que estamos propondo. Nós vamos chegar a um ponto que não saberemos mais o que propor, porque não sabemos mais onde vamos chegar. Esta preocupação que eu quero passar a todos os senhores, de fazermos e irmos buscar efetivamente aquilo que possa ser feito.

Na cultura, nós temos que ter mais recursos, mas nós vamos saber de que maneira colocar e onde colocar. Não é simplesmente fazer: Ah, está aqui. Vocês vão precisar de mil? Estão aqui mais dois mil. Pronto. Não, eu gostaria que nós tivéssemos programas e projeto que quando tivéssemos mil pudéssemos contar com mil. Não com a famosa história: Quanto do percentual de incentivo terá, para que, como e onde? Onde nós vamos aplicar? Nós precisamos ter os incentivos? Sim, vamos tê-los, mas não como única fonte de se promover cultura (PALMAS). Nós temos que ter mecanismos para, efetivamente, promovermos cultura. E ela está em todos os níveis.

Eu escutei, aqui, uma frase do Fórum que eu gravei. Nós temos que dizer que cultura é ação, não é fabricação. Nós não vamos fabricar cultura, ela já existe. Ela já existe! Nós vamos é fazer com que aquilo que já existe, realmente, possa ser do conhecimento de todos (PALMAS).

É aí que vamos nos juntar; é aí que vamos buscar, junto ao Secretário Yênes Magalhães, onde está um pouco mais gordo para deixarmos fora da inanição a nossa cultura. Essa compensação pode existir. E ela será feita, principalmente, Secretário Yênes Magalhães - que eu pude ver -, através do Fundo, que é um mecanismo ágil de fazer com que as coisas aconteçam, porque se nós colocarmos recursos para que a burocracia os consuma, nós não vamos conseguir fazer cultura neste Estado.

Então, dentro da minha praticidade, eu gostaria de dizer mais uma coisa: a cultura não é problema de elite, não. A cultura é problema de povo, porque é dela e do povo que ela emana. Então, não é elite que segura, não. A elite talvez até promova, mas quem tem que ser levado à frente para que se possa promover cultura é o nosso povo. Nós temos que fazer com que o povo tenha, não acesso à cultura, porque ele tem no dia-a-dia, mas que ele possa ter conhecimento de outras áreas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

que não estão sendo repassadas a ele. A capacidade do nosso povo é uma coisa muito grande e eu não tenho dúvida de que se nós tivermos programas específicos, mecanismos certos, nós vamos fazer com que a cultura possa efetivamente chegar a todos. Ser alguma coisa do povo para o povo, incluindo o próprio povo.

E nessas condições, é que eu gostaria de convocar a nossa Bancada Federal, Deputado Carlos Abicalil, para que se una na busca de fazer com que os recursos federais aportem aqui no nosso Estado. Aportem especificamente na cultura para que nós possamos, como Bancada estadual, como Assembléia Legislativa, facilitar as ações do Governo para que a Secretaria de Cultura possa ser ágil na busca de soluções. E, acima de tudo, sou Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que juntamente com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que é presidida pelo Deputado Carlão Nascimento, nós temos procurado fazer com que essas discussões cheguem efetivamente às áreas que precisam discutir para oferecer propostas. E lá nós estamos. Já fizemos isso na LDO. Estamos fazendo agora em nível de PPA, LDO e Orçamento para que esta união nos dê a oportunidade de ter um orçamento que esteja próximos das nossas necessidades.

Mas acima de tudo, nós temos que ter um PPA que represente efetivamente as necessidades do nosso povo e principalmente as prioridades do nosso povo, porque, do contrário, se nesse PPA nós não tivermos a oportunidade de oferecer alguma coisa de mais concreto em nível de cultura, pedir ao fórum que faça chegar as suas necessidades à nossa população para que ela comece a falar: Nós queremos. Nós precisamos. Nós temos e nós fazemos para que nós possamos ter também o respaldo popular, o respaldo da nossa população naquele momento em que nós temos que dividir o pouco que temos nas várias áreas que necessitam.

Coloco a Comissão de Constituição e Justiça, e da mesma forma a Comissão presidida pela Deputada Verinha Araújo, à disposição de todos para fazermos as emendas que possam ser necessárias e, principalmente, aquelas que possam ser concretamente atendidas, porque não adianta fazer emenda, ficar bonitinho perante todo mundo e lá na frente nós não termos nenhuma ação que corresponda, efetivamente, a vontade popular.

Estamos às ordens, as Comissões estão abertas, se o Fórum quiser lá estar para nos propor, estamos às ordens, se o Secretário quiser nos procurar, conte conosco, as Comissões estão, efetivamente, para atender a todos aqueles que queiram colaborar conosco, para que possamos fazer o orçamento que todos nós queremos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Agradecemos o Deputado Joaquim Sucena.

Daremos início, neste momento, à explanação ou perguntas. Os senhores inscritos terão direito a três minutos.

Com a palavra, o Sr. Elias Santos, Secretário de Cultura de Chapada dos Guimarães.

O SR. ELIAS SANTOS - Boa-noite a todos, quero cumprimentar a Mesa e os demais presentes aqui na pessoa do Deputado Joaquim Sucena.

Meu nome é Elias Santos, Secretário de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Município de Chapada dos Guimarães. Vou ser bem breve!

O que eu queria sugerir deveria ser uma proposta não só de Parlamentares, mas sim, seria mais bonito, mais ético, eu acho, se viesse do Executivo Federal, porque não adianta nós amarrarmos aqui no orçamento emendas, porque isso aí, eu faço parte do Executivo, sei como é que é. Parece que a parte da cultura realmente é deixada para trás. O que eu acho que poderia dar mais resultado seria se amarrasse na nossa Constituição Federal. Existem 25% para a Educação, existem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

11% e vão chegar a 15% para a Saúde, por que não podem existir 3%, 4%, 5%, 10% para a cultura? Amarra na nossa Constituição Federal que todos os municípios na sua lei orçamentária vão ser obrigados a gastar com isso. Eles são obrigados a executar essa porcentagem. Aí sim, já seria um grande avanço.

Outro avanço seria nas leis de incentivos. Nós vemos a Lei Rouanet aí, quatrocentos milhões por ano e, trezentos e noventa e oito milhões Rio/São Paulo. Aí sobram dois milhões para Minas Gerais, Nordeste e o que vai sobrar para Mato Grosso? Nada! E quando alguém de Mato Grosso consegue uma cartinha pela Lei Rouanet, não acha uma empresa que banca essa carta. Então, essa é uma outra sugestão. E parece que nós estamos na contramão da cultura ou estamos produzindo a cultura errada. Parece que a cultura da moda hoje é a cultura da soja. Nós vemos a soja com as maravilhas, Mato Grosso lá em cima, soja, soja, soja. Peguem Mato Grosso, vejam qual o PIB de Mato Grosso em nível de Brasil! Não chega a 1% do PIB brasileiro! O que adianta? Pode triplicar, multiplicar por cinco, dez vezes a nossa produção aqui. Eu fico feliz quando o Secretário fala que o turismo, a cultura, é o sucesso, é o progresso do nosso Estado. Mas fico triste quando vejo nosso orçamento para o turismo e, principalmente, o nosso orçamento da cultura. Nós só vamos, realmente, mudar se nós mudarmos na nossa Constituição Federal, colocarmos incentivo, porcentagem para gastar na nossa cultura. Se não, com emendas, com orçamento, quando há contingenciamento, o que corta realmente não é aquela porcentagem, há uma redução de 30% na arrecadação, mas só que na cultura e no turismo cortam 100%! Não corta da mesma forma que cai a arrecadação. Essa matemática nós não conseguimos entender.

É essa contribuição que eu quero dar a vocês. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Solicito ao nobre Deputado Joaquim Sucena que assuma a direção dos Trabalhos.

(O SR. JOAQUIM SUCENA ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 20:18 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o nobre companheiro, amigo e Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, Alexandre César.

O SR. ALEXANDRE CÉSAR - Muito obrigado, Deputado Joaquim Sucena. O nome da Secretaria é muito grande, é quase do tamanho da Secretaria do Márcio Meira que também ficou com um nome grandão.

O objetivo da Secretaria tem um foco específico, Deputado. Em seu nome eu saúdo todos os integrantes da Mesa e também o Secretário Márcio Meira do Ministério da Cultura, amigo e companheiro que tem naquele Ministério atuado de forma decisiva, buscando garantir, de fato, que essa correção das desigualdades regionais, até porque ele é do Pará e sente isso na pele, essas diferenças que a concentração do Sul e Sudeste provocam, ele tem buscado e, com certeza, muito em breve os resultados serão concretos.

Eu quero aproveitar o espaço aqui, fiz questão de permanecer até agora, para comunicar algumas ações que nós, mesmo tratando de uma Secretaria de Desenvolvimento, dentro do conceito tradicional está restrito ao aspecto meramente economicista, tem realizado no intuito de promover ações de desenvolvimento cultural. Foi uma briga muito grande para convencer alguns parceiros, alguns atores que conosco se relacionam no Governo Federal, de que cultura também é instrumento de desenvolvimento. Foi até difícil convencê-los de que cultura também é um instrumento de promoção e desenvolvimento econômico. Precisamos usar o estudo promovido pelo Ministério da Cultura que mostra como a cultura produz divisas, como a cultura produz economicamente para a sociedade para que pudesse ter um passo mínimo no sentido de assegurar uma parte do nosso empenho, do nosso orçamento, para desencadear, como já fizemos a partir desse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

ano, um projeto voltado a avaliar as oportunidades de investimentos na economia da cultura na região Centro-Oeste com a América do Sul, dentro do programa dos eixos de integração do Brasil na América do Sul. Então, com a posição geograficamente estratégica que a nossa região tem, nós acreditamos que é possível diagnosticar parcerias que podem ser desempenhadas lado a lado, com os nossos vizinhos, irmãos sul-americanos e, com isso, garantir espaços cada vez maiores e crescentes para a utilização da cultura, não só como carro-chefe do desenvolvimento econômico, não só como abre-alas, mas também como uma forma real de integração dos nossos povos, que é, inclusive, uma marca do Governo do Presidente Lula. A Consultoria já está contratada, já está trabalhando e nós temos certeza de que até fevereiro apresentará um resultado muito concreto, que possa indicar ações do Governo Federal nesse segmento.

E, também, gostaria de anunciar aqui um feito que eu considero histórico do ponto de vista da destinação dos Fundos Constitucionais de financiamento. Na semana passada, nós reunimos todos os integrantes do Conselho Deliberativo do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e conseguimos garantir, em comum acordo, à unanimidade dos membros, e deve ser aprovada, agora, no próximo dia 15 de dezembro, na última reunião do ano do CONBEL, do FCO, uma linha de crédito cultural no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (PALMAS). Foi uma reivindicação do Secretário de Cultura da região, que nós consideramos longamente. Fizemos estudos e entendemos que, realmente, é importante incluir essa lei. E ela caminhará por dois eixos. Primeiro, nós fizemos excluir da programação do FCO - pasmem, isso acontecia desde o início da programação - como item não financiável do Fundo: teatros, cinemas e casas de espetáculos. Foi excluído para o próximo ano. Isso não é mais item não financiável. Depois, incluímos na linha de comércio e serviços - que nós esperamos que no próximo ano possa suplantar os 10% legalmente estabelecidos e já foi encaminhado um projeto de lei no sentido de acabar com essa restrição - a previsão de inclusão de empreendimentos culturais como passíveis de financiamento pelo FCO a critério dos Conselhos Estaduais de Cultura. Então, essa parceria, que nós temos feito com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento, deve propiciar que, dentro das definições de prioridades em cada Estado, o financiamento de empreendimentos culturais nas condições que são extremamente favorecidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, seja em taxa de juros, seja em prazos alongados de carência e de pagamento do financiamento, nós teremos mais um instrumento de financiamento que pode ser utilizado para o financiamento da cultura e dos equipamentos culturais que são bastante importantes no momento em que a produção cultural brasileira retoma o seu crescimento para poder disponibilizar cada vez mais cultura com forma de desenvolvimento para a nossa população. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Boas falas.

Temos também o FCO atendendo essa área. Realmente é uma das coisas que nos deixa, neste momento, satisfeito havendo essa possibilidade pela luta que tem sido feita por Vossa Excelência pelo Centro-Oeste.

Queremos agradecer também a presença de Salma Sadi, Superintendente Regional do IPHAN, e do Sr. Cláudio Pontes, que é Diretor da 18ª Sub-regional do IPHAN.

Com a palavra, o Sr. Paulo Fagner da Silva Ávila, do Movimento Hip Hop.

O SR. PAULO FAGNER DA SILVA ÁVILA - Boa-noite a todos.

O meu nome é Paulo. Eu faço parte do Movimento Hip Hop aqui de Cuiabá e gostaria de saber se existem esses valores em números em algum *site*, em alguma coisa que se tornasse público para o povo poder acessar e saber sobre isso aí, sobre o que a Deputada Verinha Araújo expôs para a população até para o público saber e discutir melhor sobre os valores melhores da nossa cultura para onde vai.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

A pergunta que eu gostaria de fazer é porque eu escutei Deputados e outros falarem que nós precisamos nos unir e discutir essas coisas e tudo mais. Eu quero saber, porque a discussão é legal, mas eu quero saber se vai existir essa união e se há possibilidade dela se tornar pública, com data e local, e se vai ter solução para esses problemas aí que todos nós sabemos e que foram citados por eles. Então, nós precisamos de solução, porque debater é fácil. Achar o problema é fácil. Todo mundo... Qualquer coisa que está errada... Nós vemos o errado e até agora ninguém apresentou uma solução para o que está aí, que foi exposto aí. Eu queria ver se alguém tem essa solução, algum caminho e que já falasse e, de repente, se alguém pudesse apoiar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, a Sr^a Fátima, da ABRACA.

A SR^a FÁTIMA - Boa-noite a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Márcio, do Ministério da Cultura.

Gostaria de falar aqui que foi muito difícil para a ABRACA conseguir aprovar no Ministério da Educação a Escola Técnica de Artes. Mato Grosso foi o primeiro Estado do Brasil que entrou com um projeto de cursos técnicos de música, arte cênica, arte plástica, e eles entendiam que Mato Grosso não tinha cultura. E, pela fala da Deputada Verinha Araújo, nós entendemos que até os nossos Parlamentares, o nosso Governador, não valorizam a cultura. Como vamos conseguir essa valorização lá fora? Mas conseguimos, estamos construindo a escola, um projeto de três milhões e meio de reais, que vai capacitar dez mil alunos por ano e nós vamos precisar contar com a parceria de todos e todas aqui, porque esse projeto é um projeto piloto no Brasil, teve apoio do nosso Deputado Federal Carlos Abicalil. Na virada do Governo, quase que nós não conseguimos que a obra continuasse. O Ministro veio, fez o lançamento e nós vamos precisar do apoio dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, do Ministério da Cultura, com parceria, para que essa escola mostre que Mato Grosso tem cultura, já que é um projeto piloto no Brasil.

Eu gostaria de fazer duas propostas. Uma delas é sobre o Fundo Estadual da Educação Profissional, que nele seja incluído, Srs. Deputados, o segmento comunitário, porque está só para atender as escolas estaduais, que venha atender a cultura também, que esse Fundo venha profissionalizar a cultura. A cultura é que mais gera renda no país. Nós já temos estudos, tanto é que conseguimos aprovar esse projeto da escola. A cultura é que mais gera renda e emprego no país. Então, por que não profissionalizar a cultura? Tem muitos artistas aqui que poderão ser os precursores dessa cultura, dessa profissionalização de outras pessoas que podem sobreviver da cultura. Então, que seja incluída também a profissionalização da cultura.

Eu também sou Presidente do Sindicato dos Contabilistas. Quando nós falamos da Lei de Incentivo à Cultura Estadual com ICMS integral garantido, eu tenho uma proposta, enquanto Presidente do Sindicato. Nós estamos dispostos a discutir isso, que no parcelamento das empresas que fizerem o seu estoque e parcelaram esse estoque, que possam ser passados para a cultura parte desse valor. As empresas que patrocinarem eventos culturais, que possam incluir no parcelamento...

Outra forma também que pode ser incluída também é que o ICMS garantido, quem elabora, quem emite as guias é a Secretaria Estadual... Aprovando o projeto, que seja encaminhado para a Secretaria Estadual e a Secretaria faça o repasse para o artista, ao invés de a empresa pagar, que parte desse recurso seja passado aos artistas.

Então, o Sindicato dos Contabilistas coloca-se à disposição também para a discussão da questão do ICMS e a questão para o desenvolvimento cultural do nosso Estado. Muito obrigada (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. Juliano Moreno.

O SR. JULIANO MORENO - Para esclarecer, porque no primeiro momento eu estava lendo a carta do Fórum, agora eu me inscrevi para fazer aquilo que pode ser a minha contribuição pessoal, ou o que penso a respeito da questão da cultura.

Antes de tudo, eu quero congratular o Alexandre César, porque entre todos os candidatos que participaram do pleito, ele é quem recebeu, ele é uma das pessoas que recebeu a proposta do Fórum Permanente da Cultura e implementou. A proposta diz para construir programas governamentais que contam com aporte para ser incluído no financiamento da cultura, programas governamentais que contam com aporte financeiro de outras fontes e um dos exemplos citados é o FCO. Quero elogiar a ação e a sensibilidade.

A minha fala é a seguinte: o Márcio Meira belamente falou que discutir política é discutir valores, dar valor para a questão da cultura é entender um homem, que não é, apenas, força de trabalho, porque o homem passa a maior tempo da vida com o seu tempo dedicado para outro, com o seu tempo alienado, com o seu tempo nas mãos de outra pessoa, e o tempo que sobra para ele, aquele que ele vai trabalhar, vai transformar a sua vida, vai fazer o que é dele, ou ele dorme, ou ele não tem qualidade, não está preparado para transformar esse tempo de lazer em tempo de transformação pessoal. Então, quando nós falamos em discutir valor e percebemos toda demonstração de números, são signos que mostram como o Estado brasileiro trata o ser humano. É mais do que isso. É mais do que uma ajuda, porque ajuda toda a cultura. Eu falo, principalmente, na minha participação através do Fórum Permanente de Cultura. A todo o momento, a sociedade civil em Mato Grosso tem-se organizado. Se hoje tem acontecido cultura é porque ela está organizada, os produtores culturais e os artistas não desistem do seu lazer. Nós estamos sempre abertos para a construção e temos reafirmado isso o tempo todo, em todas as áreas.

Segundo, quando nós falamos em participação, falamos de participação real. Participação real significa debate com a população. E debate com a população significa criar estruturas para isso, porque nós, artistas, do Fundo Permanente de Cultura, e eu... E aí é uma fala que... Eu não penso uma política cultural que seja a política da cultura artística, que sirva só para deixar... Porque artista é um bicho doido. Artista faz um barulho da porra, desculpem o termo, faz um barulho danado. É só um... Não aquietam esses artistas. Vamos fazer uma política cultural que seja para a cultura artística. A política cultural tem que ser pensada na medida de dar espaço para a expressão e desenvolvimento do tempo de lazer de cada cidadão brasileiro. Então, ela não é uma simples política do financiamento público no sentido de dar um dinheirinho, um incentivo fiscal, dar com uma mão, tirar com a outra. É uma beleza, uma maravilha.

Então, quando nós pensamos, nós temos que integrar todas... Quando se fala nessa questão, a única forma de se realizar isso é integrando os equipamentos públicos e criando... Aquela proposta do Ministro Gilberto Gil, dos centros culturais, tem que ser ampliada no seguinte sentido - não só ela, mas, dentro de uma política de integração dos aparelhos, dentro de uma política propositiva de informação, do acesso, permitir... Porque democracia, gente, é acesso. Democracia é acesso à cultura, à comida, à educação.

Dentro dessa integração, não reduzindo a uma política só de centros culturais, mas pensar centros culturais mais modestos, que possam estar em toda, de repente, todos os municípios brasileiros integrados, porque um sistema integrado de aparelhos culturais é um financiamento indireto fabuloso, porque ele permite ao artista estar em todos os lugares, ele permite a formação cultural, o acesso, que a exposição vá para todas as cidades. Então, além dessa questão - e já encerrando -, quero colocar que a fala que o pessoal do Movimento Hip Hop colocou é muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

importante, porque na batalha do discurso às vezes nós nos apropriamos das coisas e trabalhamos a realidade na medida que ela não é. Então, é necessário que nós passemos a trabalhar, de fato, com uma razão política no Estado de Mato Grosso para a cultura e não numa razão afetiva. É uma verdadeira gestão da participação tem que ser feita junta.

Não se pode construir uma política numa fazenda, fora, conversando só com os Secretários, funcionários das Secretarias Municipais de Cultura, é necessário falar com os artistas. E isso é urgente! Porque muitos dos erros que ocorreram são muitos em função da incapacidade para construir essa verdadeira política participativa, porque a sociedade civil está organizada, está pronta. Ela tem o seu potencial e tem a enorme capacidade transformadora. O que nós queremos é que o Estado nos dê o devido respeito e, de fato, apresente o seu braço. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Eu fui informado de que o encerramento deverá ser às 21:00 horas. Nós ainda temos cinco oradores inscritos. Peço a síntese daquilo que cada um gostaria de falar, para tanto terão três minutos.

Nós teremos agora o Secretário respondendo alguns questionamentos já colocados e, posteriormente, novamente os questionamentos feitos e as falas de encerramento para que nós possamos, pelo menos, terminar próximo das 21:00 horas.

(NESTE MOMENTO, UMA SENHORA DA PLATÉIA DIALOGA COM A PRESIDÊNCIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Não! Em absoluto, nós não queremos tirar a palavra de ninguém. Só que nós temos mais cinco inscritos. O que eu estou propondo é objetividade de propostas. Então, ao invés da fala do Secretário agora, ele fala ao final.

Com a palavra, o Sr. Luís Borges, cineasta.

O SR. LUÍS BORGES - Vou ver se consigo falar, estou meio rouco, nós estamos há quatro dias no Festival de Brasília, junto com o Centro-Oeste, tentando traçar uma política de audiovisual para o desenvolvimento do setor. E as notícias são bastante animadoras! Existe um esforço, hoje, muito grande do Ministério da Cultura, principalmente através da Secretaria com a parceria da AABB, de realmente implementar uma política de audiovisual, de fazer com que o cinema possa não ser só uma indústria de entretenimento que gere renda neste país, mas principalmente que a população brasileira que, hoje, tem só oito milhões de espectadores, possa ter um pouco mais de acesso aos filmes.

Agora, eu só queria colocar que por um lado temos uma cena bastante animadora no território nacional, as ações federais e, por outro lado, nós ficamos bastante decepcionado no encaminhamento da política cultural em Mato Grosso.

Eu perguntaria, o que Mato Grosso está organizando para poder disputar um pouco do recurso federal, conforme o Lula anunciou que até 2007 vai produzir cem longas-metragens? Quer dizer, desses cem longas-metragens, se conseguirmos fazer quatro aqui em Mato Grosso...

O que, hoje, está sendo feito para poder atrair esse recurso federal? Porque quando vemos um orçamento desses, conforme foi brilhantemente exposto pela Deputada Verinha Araújo, a qual parabenizo pela iniciativa, eu não vi absolutamente nada de audiovisual dentro desse orçamento! E eu perguntaria até para o Secretário Yênes Magalhães, que é do Planejamento, que eu tenho certeza de que não partiu da sua cabeça, por exemplo, colocar no orçamento da Secretaria de Cultura, três mil reais para verba de biblioteca em penitenciária, sendo que a Segurança Pública tem quarenta milhões de reais. Eu não sou contra que preso leia, mas se tem quarenta milhões de reais da Secretaria de Segurança Pública, para que tirar dinheiro da Secretaria de Cultura? Quer dizer, de quem partiu essa brilhante idéia de composição desses programas no Orçamento? Isso me estranha muito, porque no início deste ano, nós do setor audiovisual, entregamos, tão logo assumiu o novo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Governo do Estado, um projeto de desenvolvimento que o setor fez para Mato Grosso. Não foi um projeto que partiu da minha cabeça, nós convidamos representantes da Comissão de Constituição do Senado, convidamos representantes do Ministério da Cultura, representantes de outros Estados, da Universidade Federal Fluminense, para avaliar a realidade, o potencial de Mato Grosso, esboçar um projeto de um pólo de cinema que pudesse estar produzindo filmes, contratando atores, músicos, cenaristas, figurinistas... Nós, nesse um ano, o pólo não existe no Orçamento, não existe uma rubrica no Orçamento da Secretaria de Cultura, o que nos coloca em grande desvantagem perante outros Estados que, com certeza, vão disputar essa verba do Governo Federal para o seu desenvolvimento. Eu coloco só essas questões.

Só uma última, a minha profunda decepção, eu quero registrar o fato. Fui produzir um documentário agora para o DOC TV sobre Manoel de Barros. Eu acho que nós falamos muito em política, mas tem pequenas ações que têm que ser feitas. Eu rodei todas as bibliotecas de Mato Grosso, não existe uma obra de Manoel de Barros em Mato Grosso! O nosso maior poeta cuiabano. Na Casa Barão de Melgaço, mandaram eu pedir para o Governo do Mato Grosso do Sul, que eles mandariam a obra completa para mim. Isso é uma vergonha! Desculpem-me, com certeza, daqui a pouco nós vamos perder 300 anos de cultura mato-grossense e vão dizer, realmente, que nós fomos colonizados pelos gaúchos e paranaenses, essa nova fronteira em expansão. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, a Sr^a Magna Domingues.

A SR^a MAGNA DOMINGUES - Boa-noite a todos!

Eu estou Secretária de Turismo de Juruena, mas faço parte, juntamente com o Mário, do Fórum de Cultura. Dá para perceber as angústias de todos os lados. Primeiro, quando assumimos, tivemos a oportunidade de ser um gestor público e começamos a discutir o Orçamento, começamos a discutir com o Legislativo toda essa questão orçamentária, as propostas do Orçamento, tendo em vista que os valores que estão previstos pela Constituição são saúde e educação. O resto tem que correr atrás. É isso que o Prefeito fala geralmente, deve o Governador falar, também, o Presidente. O resto corre atrás.

E para nós que estamos atuando na área da cultura é isso mesmo, Luís Borges, nós temos que correr atrás desse Orçamento, porque não é fácil discutir. Os recursos são limitados. A forma de distribuição é um desafio, é uma dimensão muito angustiante para quem está à frente da gestão pública. E o gestor público tem a função, não de criar problemas, mas de resolver os problemas. E isso significa ampliar a discussão. Eu acho que o gestor público tem que ter humildade, como o Juliano Moreno disse aqui, para ampliar a discussão com as pessoas que de fato fazem a cultura, que de fato vivem a cultura, que de fato discutem a cultura no seu dia-a-dia, como o Fórum de Cultura, que há mais de seis anos vem discutindo. E várias propostas foram retiradas desse fórum, várias propostas e discussões. Os artistas, muitas vezes, brigam um com o outro, mas a questão é maior, é mais complicada do que propriamente isso.

E, também, a questão do mecanismo da cultura. Houve uma coisa muito bem dita aqui: não adianta ter orçamento, ter recurso, se as ações não são bem trabalhadas. Ter obras de Manoel de Barros aqui é fundamental, mas também é importante... Nós ainda não aprendemos a valorizar os nossos artistas, como Dalva, como Osvaldina, como Giovani, com Adir, como Humberto Espíndola, como tantas outras pessoas que fazem um bom trabalho de referência nacional, que não reconhecemos. O Conselho, muitas vezes, diz: “Ah, não devemos apoiar os artistas que estão há tempo aí”. Eu acho que deve ser o contrário. São essas pessoas que produzem um trabalho de referência que devem ser valorizadas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Agora, não é neste momento que vamos definir uma política e um plano plurianual para a cultura. Nós vamos ter que, ainda, discutir muito mais, vamos ter que brigar muito mais.

Então, eu proponho que façamos outras discussões, talvez segmentadas e que também o Fórum seja levado em consideração (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. Nestor de Freitas.

O SR. NESTOR DE FREITAS - Boa-noite, Cibele, Luís Borges saiu, eu acho que está faltando às vezes uma política mesmo, política cultural. Só para vocês terem uma noção. Desculpe-me, eu não participei da eleição, fui lá, assisti, mas foram eleitos Conselheiros do Conselho Estadual de Cultura. Eu acho que um dos papéis fundamentais do Conselho Estadual de Cultura é elaborar proposta para a política cultural em Mato Grosso. Eu acho que não sou eu, não é o Mário, não é o Gervane, não é a Magna, que tem que chegar para os Conselheiros, como eu estou fazendo agora. Eu acho que o papel do Conselho Estadual - aqui temos o Presidente do Conselho Estadual, o Secretário de Estado de Cultura, Benedito Paulo de Campos, também é isso - passa muito mais pela questão do nível nacional da regionalização. Agora nós não podemos ser hipócritas, termos políticos hipócritas que simplesmente chegam, falam - e não me referi aos que estão presentes até o momento - e encaminham às avessas.

Eu participei de uma reunião que o Fórum convocou, convidou um Deputado Federal, em que foi discutido um projeto de regionalização, e tem um do Senador Antero de Paes, e até eu comentei: Olha, este que entrou está muito mais além do que o Projeto Janira, que agora em dezembro - isso no ano passado - vai para a Comissão, e o mesmo Deputado Federal dessa Comissão fez questão de votar contra, porque era um projeto de regionalização da programação de rádio e televisão. Essa regionalização vai ter um resultado futuro e até imediato na regionalização das verbas do Ministério de Cultura. Por quê? Porque nós vamos ter que produzir material para a televisão e para a rádio aqui, e não simplesmente pegar o que vem de fora, a cultura, que é boa. É louvável a cultura. Só que poder é um espaço, que você vai lá, conquista e ocupa. Eles estão ocupando os espaços deles, e nós não. Esse espaço, o que é? É a regionalização das políticas públicas de cultura. Mais ainda. A ABRACA está desde 2000 com esse projeto. Saiu agora. Desde 2000 a Escola de Artes vem acompanhando isso aí. Só para ter noção.

Hoje nós temos em Mato Grosso legislação para cursos profissionalizantes que poderiam também entrar por outros meios... Um exemplo tão claro: existe a Casa Cuiabana que pode ser um Centro de Qualificação e até Escola de Cinema, a UNEMAT está aí. Não apenas vir aqui e dizer que a cultura gera dinheiro, movimenta e chega um Deputado Federal: "Não! Pode contar comigo!". E um Deputado Federal votou contra. Se alguém quiser saber, o Sr. Mário Olímpio pode informar (RISOS DA PLATÉIA). Eu vou falar: é o Deputado Wilson Santos.

Nós não podemos apresentar projeto para valorizar... No ano passado aconteceu, a respeito do *e-mail* do Luís Borges... O que você recebeu? Teve que passar um ano inteiro até discutir aqui aquele projeto Cuiabá/Mato Grosso, que representava o cinema, a Festa de Cinema. Ele passou o ano inteiro... É uma falta de respeito... Ter que chegar num certo ponto de mover ações jurídicas sobre as coisas, para que alguma coisa ocorra... O agente público tem que encaminhar a política pública de cultura, as coisas que são corriqueiras para algumas pessoas, mas são questões morais. Mas vamos aplicar a cultura, levar a sério, existem pessoas que montam o seu espetáculo, montam seu documentário e contratam alguém. Alguém toma leite, alguém come, alguém veste, sobrevive disso e tem nome lá fora e em Mato Grosso não é conhecido. Não é reconhecido apenas por Mato Grosso, como pelas pessoas que as exploram. Desculpem-me o desabafo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

A respeito do corpo profissionalizante, a Resolução é 259, do Conselho Estadual de Educação, inclusive, se Deus quiser, o primeiro curso de formação de ator, em Mato Grosso, vai ser pelo SENAC, por essa mesma legislação, está saindo o Parecer agora, inclusive foi favorável, como sempre lutamos por isso e queremos lutar por outras que tenham escola de dança, etc e tal, para que nós tenhamos um mercado, trabalhar com um mercado, sim, para não sermos apenas ouvidos, mas respeitados. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, a Sr^a Elizete Nunes.

A SR^a ELIZETE NUNES - Olha, eu não vou falar, porque o Freitas foi muito infeliz, me desculpe.

Eu só gostaria de dar um depoimento rápido da minha experiência com uma produção individual. Eu acho fundamental que tenha esse incentivo de produção individual. Os meus livros estão sendo adotados nas escolas. Eu estou sendo muito bem-sucedida com o meu trabalho, quero dar o meu depoimento e agradecer as parcerias e ao Governo que me deu esse incentivo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. Bento Porto.

O SR. BENTO PORTO - Boa noite aos componentes da Mesa!

Parabenizo a Assembléia Legislativa, o Deputado pela iniciativa de discutir em Audiência Pública o Orçamento para o desenvolvimento da cultura mato-grossense.

Eu gostaria de colocar um assunto que não foi, de certa forma, colocado, *en passant* disse o representante do Ministério da Cultura, que a cultura é a base da coesão social. Um povo sem coesão social começa um processo de degradação.

Eu quero fazer referência ao papel da cultura, Deputado Joaquim Sucena, que é importante nesse sentido. Nós vivemos em uma cidade que tem seiscentos mil habitantes, em uma cidade que milhares de crianças vão à escola porque recebem a merenda escolar. Até às 11:00 horas estão na escola. Voltam para casa e constituem, a partir daí, um problema para os pais porque não têm a escola de música, não têm a escola de dança, não têm o tempo ocupado, não têm artes. Cuiabá, hoje, perde para Sinop, para Tangará da Serra, para Sorriso, para diversas cidades menores. A nossa grande vocação é serviço. É na área da educação, na área da saúde, do comércio. A nossa vocação é, também, ser um grande centro cultural, mas esta é a terceira cidade mais violenta do Brasil, infelizmente. Se essas crianças tivessem ocupação, tivessem desenvolvimento cultural nos diversos sentidos que falamos aqui, possivelmente, estaríamos eliminando essa fábrica de delinquentes, que, cada dia mais, vem prosperando em nossa cidade.

Eu sugeri ao Secretário de Planejamento que refletisse mais. É mais importante investir na cultura que investir na polícia (PALMAS). Está aí uma fonte de recursos para se conter essa fábrica da delinquência. Esse menor que, do ponto de vista da polícia, da sociedade, hoje, é o agente do crime, por outro lado, esse menor é vítima do ponto de vista da educação, do ponto de vista da cultura. O problema não é encher as nossas cidades de policiais. O problema é retirar das ruas o delinquente, o menor, cujo arcabouço jurídico, hoje, não sustenta a segurança para ninguém. Jamais o povo brasileiro teve tanto medo. Até as mercearias, os nossos bares, hoje, são de grades na frente, porque as pessoas têm medo de deixar a porta da mercearia aberta. Então, é como eu disse: esse arcabouço jurídico não prende o menor. Ele pratica uma delinquência e volta para as ruas. Dos 90% dos casos de prisões que a polícia faz hoje, diariamente, 50%, a metade é de menor. A outra metade, digamos assim, está na faixa dos 18 aos 25 anos, também não preso. Ele vai para a cadeia, se for preso em flagrante, e a polícia não vai ficar olhando que o sujeito comete o crime, mas, para ele ser preso, é preciso ter um decreto de prisão preventiva. É o decreto de prisão preventiva precisa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

de inquérito, de um Boletim de Ocorrência perfeito, senão o juiz não aceita o decreto. Resultado, esse delinqüente volta à rua. Então, a cultura pode contribuir muito para alterar esse quadro, e Cuiabá poderá ser o maior pólo de desenvolvimento cultural do Centro-Oeste. Nós estamos no Centro Geodésico da América do Sul, na interseção dos três maiores ecossistemas do País: o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado. Nós temos motivos para sermos estrategicamente o maior centro cultural do extremo noroeste do Brasil. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. Amauri Tangará.

O SR. AMAURI TANGARÁ -Boa-noite.

Eu queria antes fazer uma brincadeirinha. Se alguém chegasse naquela hora em que a Deputada Verinha Araújo estava mostrando aquilo lá, acharia que era o PPA de Itiquira, com todo respeito que eu tenho a Itiquira.

Parabéns, Deputada Verinha Araújo pela sua iniciativa.

E queria me dirigir ao nosso Secretário que veio de Brasília, com relação às leis de incentivo. Estivemos em Brasília. Eu vim de Brasília nesta madrugada. O Luís estava numa parte e eu estava em outra. Estávamos há quatro dias mergulhados em muitas discussões em Brasília. Eu vi duas frases fantásticas em Brasília e eu queria repassá-las aqui para o plenário. Uma delas é que as leis de incentivo, na verdade, inclusive a federal, que vale para nós... Uma forma... O Governo dá dinheiro para as empresas colocarem o nome nos nossos produtos. A segunda é que é uma forma que o Governo encontrou de repassar para a iniciativa privada a responsabilidade de censurar os nossos produtos culturais, porque quem censura hoje é a iniciativa privada. O Governo não tem peito para censurar essas leis da forma como estão, quem censura é a PETROBRAS, é a Brasil/Telecom, etc. Você vai, eles dizem: “isso não presta ou eu não gosto”. Então, a responsabilidade passada de censura, uma forma velada de censura, a forma das leis como estão aí... Isso foi discutido, ontem, exaustivamente lá e tiramos essa conclusão.

Com relação a isso também, nós gostaríamos de avançar um pouco naquela idéia que foi colocada muito bem, o Luís também colocou, as outras pessoas colocaram, o próprio documento do Fórum, que é a respeito da garantia de uma cota para o Estado brasileiro dentro do orçamento do Ministério da Cultura. Eu quero que seja uma garantia de 0,5% dos quinhentos milhões de reais que o nosso Presidente vai tirar para a cultura, que seja garantido para Mato Grosso isso. Se Mato Grosso não usar no seu projeto, que passe para o Acre, para Paraíba, para São Paulo, mas temos que ter garantido o acesso a isso.

Acabamos de concorrer agora ao edital Dancine, que é dinheiro público, dinheiro brasileiro, dinheiro nosso e, concorreremos lá com cento e tantos projetos, não é Luís Borges? E foram aprovadas todas as leis de São Paulo e nenhuma aqui, nossa, da região. Não adianta, vamos perder sempre.

Então, tem que ter uma garantia estipulada, além da garantia do orçamento da União, como foi colocado, uma garantia para o Estado, garantido lá um percentual. Se Mato Grosso não usar no projeto, não tiver competência para fazer, que passe para outro. Então, essa é uma sugestão que eu gostaria que fosse encaminhada, Deputado Carlos Abicalil, Deputado Joaquim Sucena.

E com relação a outra coisa, com relação aos quarenta milhões de reais para a segurança pública. Eu fiquei chocado! Um Estado que tem que aplicar quarenta milhões de reais na segurança... Eu acho que a maior segurança é promover a cultura. Não tem outra forma! Essa é a segurança! (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Eu acho que contra a fome, contra a miséria, contra o desemprego, neste momento, neste país, é uma compreensão que eu tenho certeza de que é do Governo Federal. Estive lá e ouvi isso, tenho certeza de que é compreensão do nosso Presidente, é compreensão do Ministro Gilberto Gil, é compreensão de todo pessoal do Governo Federal, estive lá conversando com várias pessoas e essa é a compreensão. E não tem jeito! O Brasil só vai sair desse buraco no dia que reverter esse processo, e a reversão passa por uma política cultural decente e adequada. O que nós precisamos fazer em Mato Grosso é não nadar contra a maré. Nós temos que acompanhar esse projeto nacional de Governo, que está sendo colocado aí (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, a Sr^a Luciene de Carvalho.

A SR^a LUCIENE DE CARVALHO - Eu prometo ser breve!

É meio difícil separar os pedaços que a gente é, mas não está falando a Coordenadora de Cultura da AMM, neste momento, quem fala é a poeta que, no dia 20 de novembro, assustada, viu uma menininha de beijo grosso e cabelo anelado falar na TV Centro-América assim: “Os negros precisam entender que eles são gente igual a nós”. Não nos enganemos, o Brasil tem cultura, tem cultura dos olhos azuis, tem filmes americanos. Aqui existe investimento numa literatura estrangeira, a gente lê *best-seller*! Na verdade, o que a gente tem que entender é que está escravizada ainda a nossa cultura. E o cidadão, não se vendo traduzido na cultura do que ele é, do que ele sente, do que ele faz, não tem auto-estima, não se compreende e precisa chamar atenção das formas que já foram ditas.

Mas, como eu disse, eu vou ser breve, eu vou pedir a autorização dos senhores para dividir o que é a minha contribuição à cultura mato-grossense.

Com a licença dos senhores, vou ler um pequeno texto:

“Era negra
A flor do medo
Caminha no tempo
Era tempo de dor.
Era negro caçado nas matas
Nas terras da África original,
Era um mar de porões de navio
De nunca acabar.
Era peste...
Eram braços para terra nordeste
De um novo Brasil
Do negro suor
Fez-se o doce da cana.
Desnor-teio da história.
Princesa na senzala
Se chamava mucama
Na sala...
Nos gozos da cama
Era ama, era ama.
No tronco, no mato,
No silêncio do anonimato,
O negro Brasil
Transformou-se num fato.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Nos úteros prenhes das negras,
Nas amas-de-leite sugadas
A história encontrou sua estrada.
No batuque das noites
Na descida e subida do açoite
O negro encontrou novo chão
E refez seus valores
E guardou seus mistérios
No que era
Aparente escravidão
Na sua comida
O segredo do santo,
A força da fé
Foi guardada no canto
A cura da dor
No amassado da folha
Encanto de amor
Foi ficando na escolha.
E o mesmo braço
Que movia o engenho
No noite-atabaque,
Deixava o tronco o traço
Dos seus ancestrais.
Em cada escrava
Que fácil deitava
Com o seu senhor
Tão cheia de graça
Era sangue negro
Que se espalhava
Misturando raça.
Não era vingança
Aquela criança
Que hoje somos nós,
Era a voz divina
Que guarda e ilumina
Cada pequenina centelha de vida
Nosso povo é um
Nos cabe na história
Desta trajetória
Sermos personagens
Que tiram proveito
Da sabedoria
Da aceitação da diversidade
E que exterminam a escravidão e o preconceito.”
Boa-noite (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Encerrando as inscrições, com a palavra, a Sr^a Inês.

A SR^a INÊS - Vou ser superbreve, apenas para aproveitar o momento que estão todos presentes, porque é difícil aliar tantas pessoas importantes interessadas na cultura. Quero endossar as palavras do Dr. Bento Porto com relação à violência. Na certeza absoluta proponho-me a colaborar e fazer um teste.

As crianças da periferia, as crianças de rua, se elas pegarem no pincel, na gama colorida de cores, ir a uma tela ou a um papel colocar toda sua visão de mundo... A criança da periferia está abandonada, sem o que fazer, se ela tiver uma flautinha, um instrutor de flauta - e nós temos aqui uma orquestra de flautas, é o maior exemplo -, ela não vai pegar em armas, ela não vai pegar em drogas.

Então, eu acho que o compromisso do Governo, se ele quiser, realmente, acertar, é colocar a cultura em todos os bairros de Cuiabá, em tudo. Colocar escolas de música; colocar artistas para dar aula de teatro, essa coisa toda, mas em todos os bairros. Eu não duvido de que diminuirá bastante a criminalidade, porque se a criança usa os seus neurônios para aprender uma música, que seja participar de um coral, podem ter certeza de que ela não irá pegar em armas. Não vai mesmo.

Eu proponho colaborar. Se quiserem fazer o teste, eu tenho certeza de que todo o pessoal da cultura, a Maria Ercília para colocar a dança, o pessoal da periferia para dançar. Quem mexe o corpo, quem dança, vai querer se drogar, vai querer pegar em arma? Não (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Encerrada as inscrições, passamos às falas finais.

Com a palavra, o Deputado Federal Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL - Meus caros amigos da Mesa, senhores e senhoras presentes aqui, eu saio desta reunião com quatro grandes convicções pelo menos.

Peço desculpas por não poder ficar até a exposição de todos da Mesa, mas creio que aquilo que me instruiu como Deputado Federal, dentro da pequena oportunidade de ouvir que tive, foi o suficiente para essas quatro primeiras conclusões.

A primeira delas é que eu estou absolutamente convicto de que o Governo Federal está acertando na sua política cultural, em que pese a herança nefasta que recebeu. Eu tenho a convicção de que a sustentação que dou ao Governo do Presidente Lula vai em direção a alguns princípios indicados aqui: da diversidade, do respeito à regionalização, da democracia, do envolvimento de produtores culturais de múltiplas classes, cores e, como eu dizia, sabores extintos.

Eu tenho convicção, portanto, de que o acréscimo de 70% no Orçamento Geral da União, dos recursos diretos para a cultura, o aumento em 100%, pelo que me informava o Márcio de Meira, naquilo que é concedido a partir de incentivo da Lei Rouanet, está no rumo correto, em que pese o questionamento que se tem quando o recurso público é controlado e escasso sobre o controle da própria produção cultural.

A segunda convicção é de que o debate acerca da cultura, da liberdade, da democracia e de valores humanos não se esgota. E, muito provavelmente, ao tomarmos a próxima decisão, nós encontraremos as próximas contradições.

A terceira convicção é de que não há como o Orçamento do Estado de Mato Grosso sustentar aquilo que foi exposto aqui. Alguma forma de alteração do quadro vai ter que ser dada. E ela significa disputa pública. E não há melhor lugar de se fazer disputa pública do que a praça, o lugar público, a Assembléia Legislativa (PALMAS), a Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Em quarto lugar, nós que somos compelidos, como membros do Legislativo, a compor essa peça chamada Orçamento, temos que ter o compromisso de falsear menos a realidade. E eu acho que este será um compromisso que será duro de aprendizado nesse próximo futuro, mas ele é indispensável se nós quisermos realizar o primeiro mandamento do atual mandato: fazer a mudança. E eu estou disposto a fazê-lo. Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns para vocês. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - A Mesa agradece a sua presença, nobre Deputado.

Com a palavra, o Secretário do Ministério da Cultura, Márcio de Meira.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA - Eu queria dizer para vocês que o Ministério da Cultura... Eu já falei para vocês sobre os conceitos que estão baseando a nossa política. Eu quero dizer agora para vocês que o grande projeto, o grande compromisso que nós temos do Governo do Presidente Lula com a cultura combina e em muito com tudo aquilo que foi colocado, hoje, aqui por vocês em vários momentos.

E nós estamos tomando algumas decisões este ano que vão certamente influenciar neste procedimento, inclusive influenciando nas políticas estaduais e municipais. Por exemplo, com relação à questão do financiamento, como já disse o Deputado Carlos Abicalil, o Orçamento de 2004 no Ministério da Cultura com relação ao de 2003 está representando um aumento de 70%. Esse aumento de 70% ainda é muito pouco, porque ele vai passar, na verdade, percentualmente de 0,2% do Orçamento Geral da União para em torno de 0,4%, às vezes 0,5%, em função das emendas que estão sendo feitas agora ao Orçamento em favor da cultura; algumas das emendas da Comissão de Educação e Cultura que o Deputado Carlos Abicalil faz parte. Além disso, nós estamos fazendo para o ano que vem um aumento significativo em torno de 100%. Nós estamos duplicando a possibilidade de renúncia fiscal, através da Lei Rouanet, de 180 milhões este ano para 401 milhões de reais no ano que vem.

Em números absolutos, o orçamento do Ministério da Cultura no ano que vem está previsto em torno de duzentos e vinte, duzentos e quarenta milhões de reais, dependendo das emendas, duzentos e cinquenta milhões de reais. Não são seiscentos milhões de reais que o senhor falou, Sr. Amauri Tangará. Eu acho que o senhor falou quatrocentos milhões de reais ou quinhentos milhões de reais. Na verdade, é em torno de duzentos e cinquenta milhões de reais no orçamento do Ministério da Cultura. O que representa um aumento com relação a este ano em torno de cento e trinta milhões de reais, embora nós saibamos que com o contingenciamento este ano, efetivamente, executado, foi muito menos do que os cento e trinta, cento e quarenta milhões de reais.

Esse quadro, acho que demonstra a decisão política do Governo Lula de que cultura se trata de um direito, se trata de uma necessidade, se trata, portanto, de uma política estratégica. Embora nós estamos dando um passo que é possível dar neste momento de reconstrução do país depois de anos que o Estado abdicou completamente de qualquer tipo de política pública, não é só na cultura, também na área da cultura, mas não só na área da cultura. Na verdade, o que nós vimos ao longo dos últimos anos foi um processo de privatização da cultura. Aquilo que o senhor se referiu, acho que vários se referiram, de que foram as empresas privadas que passaram a decidir. As estatais também, a PETROBRAS, por exemplo, durante muitos anos... Agora, está mudando, porque estamos fazendo essa discussão com a PETROBRAS e o Ministério da Cultura. E há mais importância e mais peso político do que o Ministro da Cultura... A gerência de marketing de uma empresa, como o banco, por exemplo, um grande banco nacional, ele tem mais poder do que o Ministro da Cultura para definir recursos para a cultura através do recurso público. Portanto é a privatização do público. E isso tem que mudar, não pode continuar assim.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Então, além do orçamento que o Ministério da Cultura oficialmente dá de 70%, além de nós ampliarmos a capacidade de renúncia fiscal, nós estamos fazendo, através de decreto, agora no final deste ano de 2003, início de 2004, uma mudança em cerca de 80% da Lei Rouanet. Essas mudanças que nós estamos fazendo da Lei Rouanet, através de decreto, são mudanças que deverão interferir exatamente em tudo aquilo que os senhores colocaram aqui com relação à questão da nacionalização, ou seja, romper com a concentração e a centralização, porque nós temos que lembrar uma coisa... Eu estou falando em concentração e centralização, centralização geográfica, geopolítica, porque nós vemos que 84% dos recursos da renúncia fiscal dos últimos cinco anos foram aplicados no Rio e São Paulo, eu falo nas cidades do Rio e São Paulo. Mas também a concentração é mais do que a centralização, a concentração, ela é de classe, quer dizer que lá em São Paulo e lá no Rio, não são pessoas da Baixada Fluminense que têm acesso a esses incentivos, não são os favelados de São Paulo que têm acesso a Lei de Incentivo. Portanto, nós temos que ter clareza, porque nós precisamos fazer uma mudança na vertical e na horizontal, isso é modificado, exatamente, para poder democratizar efetivamente o acesso a esses recursos. E essas mudanças vão ser feitas através de decreto presidencial. No ano que vem, 2004, é o terceiro aspecto que nós fazer este ano com o apoio forte do Congresso Nacional. Nós estamos acrescentando na Constituição Federal que foi colocado muitas vezes aqui para alguns, através de uma emenda constitucional que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, agora está no Senado, que vai implantar no Brasil, não ela vai exigir constitucionalmente que o país tenha um plano nacional de cultura.

Na verdade, o problema que nós temos no Brasil é que nós temos na Constituição Federal, nos arts. 215 e 216, a definição do que é cultura brasileira e que essa cultura precisa ser preservada e valorizada. Lá na Constituição brasileira não diz que tem que ter um como, que tem que ter um processo para isso, um procedimento para isso, que isso, portanto, passa ser o que o Deputado falou, um dever efetivo do Estado.

Essa Emenda Constitucional do Deputado Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, vai ser aprovado no ano de 2004, porque já passou na Câmara, está no Senado, ela vai exigir que o País tenha um plano nacional da cultura nos moldes do plano nacional da educação, para que, efetivamente, nós possamos ter uma lei ordinária que já está sendo discutida, elaborada pelo Ministério e discutida com o Fórum Nacional de Secretários de Culturas dos Estados...

O Secretário de Mato Grosso tem participado das reuniões de fórum dos Secretários dos municípios, das capitais e outros segmentos e fizemos uma série de seminários no Brasil inteiro pautando a questão da cultura para tratar também dessa nova legislação. Essa legislação vai ser uma espécie de lei de diretrizes, como tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma lei de diretrizes da cultura. Isso significa o quê? Significa que nós vamos ter efetivamente no Brasil arcabouço jurídico para que nós tenhamos um sistema nacional de cultura, porque não tem saída. A única saída possível para que nós tenhamos uma política pública de cultura no Brasil é que implantemos no Brasil, através da Constituição, através da legislação federal, um sistema nacional de cultura, e que os Estados e Municípios que queiram, a partir daí, receber os recursos... Eu concordo com o que foi colocado aqui, que os Estados têm que receber os recursos, têm que receber repasse da União para a cultura, mas os Estados terão que ter também os seus sistemas estaduais de cultura implantados, os municípios terão também que ter os seus sistemas municipais de cultura implantados. O que significa isso? Significa legislação, significa Fundo Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, significa Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais de Incentivo à Cultura, com a participação da comunidade cultural dentro do Conselho para que fiscalize a aplicação dos recursos. Isso é um sistema de política pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Nós temos que parar com uma mania que há na área cultural de ficar pedindo esmolas. Nós não precisamos pedir esmolas. Nós precisamos exigir que o Estado cumpra com o seu papel, que é fazer uma política pública, porque trata de respeitar o direito do cidadão. É isso! Então, essa é a questão. Essa cultura política só muda com a pressão da sociedade. Se não houver pressão da sociedade, não muda.

Convenhamos, nós sabemos que há no Brasil o Sistema Único de Saúde. Todos sabem disso. Nenhum candidato a governador, a prefeito, a presidente da República, a deputado, ao que quer que seja, tem coragem de chegar em um fórum como este e dizer que vai acabar com o SUS. Se ele chegar em uma campanha, em um palanque, e disser: “Minha proposta é substituir o SUS por um sistema não sei o que, não sei o que, outra coisa...” Ele não tem nem moral para dizer uma coisa desse tipo. Por quê? Porque, efetivamente, a sociedade brasileira construiu um Sistema Único de Saúde ao longo dos últimos vinte, vinte e cinco anos, que, mesmo com todos os problemas que tem, significou efetivamente uma conquista e um avanço em termos de política pública na área da saúde no Brasil. E foi por causa da sociedade, por causa da pressão que a sociedade fez ao longo desses últimos vinte anos, que foi construído o Sistema Único de Saúde. E o posto de saúde é administrado pelo município. É ele quem tem que atuar no posto de saúde, gerir o posto de saúde. É ele que recebe os repasses do SUS para gerir o posto de saúde. Por quê? Porque a vida social acontece no município. A vida social não acontece na União.

Eu quero aproveitar para dizer que, como estamos em um lugar que representa os municípios, é absolutamente fundamental que os municípios participem ativamente desse processo, porque é no município que a vida social acontece. Então, os pequenos museus, as pequenas escolas de dança, de teatro, de cinema, todos esses equipamentos que permitem à sociedade ter o direito a viver a vida, têm que ser geridos pelos municípios.

E nós que estamos ocupando momentaneamente o papel de gestores, ou no nível federal, ou estadual, temos que ter consciência que nós temos que fazer uma política de tal forma que os recursos, não só recurso financeiro, mas recursos humanos, de capacitação, orientação, etc, possam fluir e chegar na ponta, no município, na comunidade. Só através de um sistema nacional de cultura que será possível, não tem outra alternativa, pelo menos, é o que nós conhecemos como referência possível.

Então, o grande desafio que nós temos - e para isso o Governo Federal, o Ministério da Cultura, nós estamos absolutamente convictos e dedicados integralmente a isso: é fazer a mudança de paradigma, de modelo. O modelo que está aí faliu, acabou. Nós não podemos mais querer que a iniciativa privada vá financiar a Cavahada de Vila Bela, porque não vai. Não vai, porque não interessa à iniciativa privada apoiar a Cavahada de Vila Bela ou algum outro município do interior, Poconé, ou as manifestações populares que existem aqui no Mato Grosso e em todas regiões do Brasil.

Então, nós precisamos ter um sistema de financiamento, como diz o Ministro Gilberto Gil, que seja uma cesta de ofertas. Nós temos que ter orçamento... E aí existe uma Emenda Constitucional tramitando no Congresso agora, de autoria de quatro Deputados: Paulo Rocha, do Pará; Fátima, do Rio Grande do Norte; Zezé Ribeiro, da Bahia, e Gilmar Machado, de Minas Gerais. Esses quatro Deputados fizeram uma emenda dizendo que é necessário vincular despesa e receita na área da cultura também, como na educação. Por quê? Porque quando o Ministério da Cultura era do Ministério da Educação, que foi criada a Lei Calmon, a cultura tinha recurso, porque estava dentro do Ministério da Educação, o FNDE, recursos carimbados. Quando foi criado o Ministério da Cultura, não foram transferidos para o Ministério da Cultura os recursos que ele precisa ter.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Portanto, precisamos corrigir isso e fazer com que a proposta de 2% da arrecadação da União sejam para o Ministério da Cultura, que os Estados tenham 1,5% da sua arrecadação para a cultura e os municípios 1%. Esse valor está abaixo do ... E a UNESCO, que é o órgão das Nações Unidas, propõe como básico para políticas culturais de qualquer país em torno de 5% a 6%. Mas isso já é muito, diante do que nós não temos tido nos últimos anos, historicamente, no Brasil.

Nessa proposta de 2% de orçamento da arrecadação da União para o Ministério da Cultura está implícito que metade desses 2% seria recurso voltado ao repasse para os Estados e municípios, metade para os Estados e metade para os municípios, sendo que no caso, os municípios e os Estados também terão que entrar com contrapartida percentual respectiva.

Então, essas mudanças constitucionais e essas mudanças legislativas que estão sendo feitas, propostas, precisam de apoio, precisam de apoio da comunidade cultural, precisam de apoio do Governo, precisam de apoio de todos, para que possamos, efetivamente, mudar esse modelo. É um modelo falido, como eu disse, mas ao mesmo tempo construir o novo é sempre um desafio, que requer paciência, requer persistência, porque se trata de uma mudança de valores. Não é uma mudança que se faz por decreto, uma mudança cultural não se faz por decreto.

Eu costumo sempre dizer que mudança econômica é rápida, baixa-se a taxa de juros, a taxa SELIC e no dia seguinte, aliás, no minuto seguinte, porque é através da *Internet*, os bancos já estão baixando a taxa do cheque especial, do crédito e as lojas baixando o juro do crédito ao consumidor. Na cultura não é assim, na cultura é o contrário, na cultura se faz uma mudança lentamente, as mudanças são muito lentas, porém, há uma coisa, a cultura tem uma permanência muito maior também. Por isso que é a cultura que garante a identidade de um povo, não é a economia. Não é a economia, não é a taxa de juros, nem a inflação que determina a identidade de um povo, de um país ou de uma nação. O que determina a identidade de um povo, de um país ou de uma nação é a cultura. A questão é saber: O que é prioritário? São as taxas de juros, a inflação ou a identidade de um país? É claro que ambas as coisas são prioritárias. Agora, nós temos que também saber que não podemos, num país como o Brasil, continuar com a visão de que a economia se sobrepõe à cultura de uma forma quase que ditatorial e que, portanto, nós conseguiremos superar esse nosso drama, que é um drama necessário para que nós possamos efetivamente construir uma nação e não um mercado emergente.

Então eu acho que essa é a situação que eu queria colocar para vocês, contando. Eu acho que foi aberto um espaço, com isso quero parabenizar a Assembléia Legislativa e parabenizar o Governo do Estado de Mato Grosso! Estão aqui presentes secretários, pelo que eu vi, estão abertos, abriram o caminho, a porta, as janelas para discussão e rediscussão dessa questão.

Portanto, quero parabenizar vocês por terem o Ministério da Cultura como parceiro, como coadjuvante nesse processo, contribuindo para que nós possamos construir em Mato Grosso também uma política pública, de cultura, digna do Estado e do povo de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Emxº Secretário de Cultura, Sr. Benedito Paulo de Campos.

O SR. BENEDITO PAULO DE CAMPOS - Quero agradecer esta oportunidade que a nossa Assembléia Legislativa de Mato Grosso nos proporcionou, para discutirmos o nosso Orçamento 2004/2007. É muito importante que o Governo do Estado de Mato Grosso está aqui presente para discutir com toda a sociedade a questão do Orçamento.

Depois da fala do Márcio de Meira, ele já disse tudo na sua fala. Não adianta nós pensarmos pequeno, primeiramente, eu acho que tem que vir o processo da União para que possa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

chegar ao Estado e aos Municípios. Com a criação com o sistema nacional de cultura, nós iremos também implementar a questão do Orçamento para a cultura em Mato Grosso, que é o percentual de 1,5% e os municípios 1%.

Eu acredito que após a aprovação do Congresso Nacional, da Emenda do Deputado Federal Gilmar Machado, todos os Estados brasileiros terão que implementar essa nova política.

Eu quero dizer à sociedade artística aqui presente que nós já iniciamos o processo de discussão da política cultural de Mato Grosso.

Primeiramente, nós estamos indo a todos os municípios, principalmente aos municípios pólos de Mato Grosso, onde já estamos fazendo o nosso mapeamento. Nós precisamos conhecer o rosto de cada um dos municípios mato-grossenses. Primeiramente, nós temos que nos conhecer para que possamos fazer o planejamento da política cultura. Não adianta discutirmos a política cultural se não conhecemos a nossa diversidade em cada localidade do Estado de Mato Grosso. Por isso, nós estamos indo às principais e discutindo. Nós já fomos ao pólo de Cáceres, onde discutimos com representantes de vinte e dois municípios presentes nessa reunião. Nós fomos ao pólo de Sorriso e discutimos com representantes de sete municípios e fomos ao pólo de Sinop e discutimos com representantes de nove municípios. Nesse mapeamento, nós tiramos uma radiografia das expressões de todos os segmentos culturais de Mato Grosso para que possamos tirar dessa ida ao interior um catálogo, onde iremos discutir a nossa política cultural.

Vamos chegar à Baixada Cuiabana, que é o pólo mais importante do Estado. Essa reunião acontecerá no mês de fevereiro de 2004, que será o último encontro para discutirmos a política cultural com todo o Mato Grosso reunido aqui em Cuiabá.

Nós estamos preocupados com a questão do Orçamento do Estado, realmente, é muito pequeno. Por isso, nós estamos aqui, hoje, para poder, com a ajuda de vocês, melhorar o orçamento para a cultura.

Eu acredito, Secretário Márcio de Meira, que o Estado de Mato Grosso, este ano, tem um Orçamento modesto. Nós fizemos diversas ações na parte da cultura, tanto na área do patrimônio como na área de intercâmbio cultural. Desenvolvemos ações e parcerias com a iniciativa privada, porque usamos criatividade. Não adianta esperarmos só o Orçamento, por isso nós partimos. E tivemos a colaboração muito grande da sociedade artística para que muitos eventos acontecessem na nossa Secretaria.

Eu quero dizer com relação ao pólo de cinema que antes de pensarmos no pólo de cinema, nós precisamos pensar no orçamento da cultura, Luiz Borges, porque não adianta só pensarmos no pólo de cinema. Primeiramente, se você viu a apresentação do nosso orçamento, que é tão pequeno, que para o pólo de cinema nós precisamos ter um instituto, que eu acho importante para se criar em um futuro bem breve. Eu acho que essa será uma discussão importante, que poderemos desencadear a partir de 2004. Nós precisamos fortalecer a taxa de cultura e fortalecer os segmentos culturais.

Eu fiquei muito feliz por ter participado desta Audiência Pública. Nós estamos, aqui com o nosso Secretário de Planejamento e, juntamente com ele, nós vamos levar essas considerações ao nosso Governador Blairo Maggi, que é bastante sensível à área cultura. Este ano ele incentivou cinco milhões de reais. Para o próximo ano, ele vai dobrar os incentivos para a área cultural.

Eu quero dizer que o Orçamento de 2004 será bastante importante com o apoio dos Deputados, da sociedade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

E quero agradecer todos os presentes. Um agradecimento especial à classe artística presente por ter exposto essas colocações. Eu quero dizer que o orçamento não é estático, é dinâmico, e com o apoio de todos vocês nós vamos mudar tudo isso. Meu muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu só quero agradecer, neste momento final, a presença de todos e de todas, depois de três horas de debate, praticamente, aqui o esvaziamento foi mínimo. As pessoas estão aqui presentes mais uma vez confirmando que é um assunto que não está esgotado e não pode estar mesmo.

Eu, como Deputada Estadual, cumpri a minha parte. Apresentei um trabalho. Articulamos a realização da Audiência Pública. Os números estão aí. Eu vou deixar à disposição das entidades aqui o que nós apresentamos. E ficamos à disposição para fazer esse trabalho de realocação de recursos dentro do orçamento. Vamos ter que sentar com o Secretário Yênes, depois ele vai falar sobre isso. Onde nós vamos ter que concentrar mais recursos e que programas que ficaram de fora, como é que vamos resolver isso? Até em face especificamente daqueles programas que têm de um a três mil reais e que na nossa avaliação são insuficientes para realizar essas ações.

E também eu queria que o Secretário Yênes depois respondesse sobre o Memorial Rondon que não foi respondido, eu não sei se Vossa Excelência pode nos colocar hoje, porque nos preocupa, porque realmente não tem previsão orçamentária. Se vai se fazer alguma parceria em nível federal, emenda federal, como é que nós vamos resolver? Porque o acesso até Mimoso, pelo menos, pelas informações que eu tenho, está sendo articulado e está inclusive a estrada, o acesso... Pelo menos, o compromisso de se chegar lá a obra está tocando lá. Mas há um compromisso também desse Memorial ser concluído, por isso não tem previsão orçamentária.

Para finalizar, com relação à segurança, a previsão para 2004 não é de 40, é de 408 milhões de reais só para segurança. Isso para o ano que vem. Essa é Justiça e Segurança Pública, então, é além de 40 milhões. É uma área que tem que ter recurso, tem que ampliar recurso, mas ficam essas sugestões. Alguns programas que interagem com outras secretarias, porque nós não buscamos... Aí, eu acho que pode ser uma saída agora, Secretário, no orçamento, de buscar esse recurso lá, interagindo com outra secretaria, como foi aqui a questão da biblioteca. Eu defendo que os presos leiam, tem que ler mesmo, inclusive, produzir cultura lá, melhor do que não fazer nada, tem mais é que produzir. Agora, nós precisamos criar as condições para isso. E aí nesse sentido, nós podemos estar resolvendo isso dentro do orçamento da Segurança. Mesma coisa a questão do Memorial, porque não alocamos a emenda lá na Secretaria de Transportes, por exemplo, que tem também um considerável recurso para o ano de 2004, na ordem de 310 milhões de reais, quase o mesmo valor com relação à Segurança.

Então, agradeço pela presença de todos e eu digo que a semente está lançada, o debate está lançado. Eu acho que quem tem que assumir isso é o movimento cultural, através das suas entidades, abraçar esse debate, fazer e, realmente, implementar e cobrar que essas ações aconteçam. E para isso o Deputado é o instrumento. Podem contar conosco! Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. Yênes Magalhães, Secretário de Planejamento.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Deputada Verinha Araújo, o que o Sr. Amauri Tangará disse dos 40 milhões de reais, não é do orçamento do ano que vem, não!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

O que eu falei, Sr. Amauri Tangará, na verdade, tudo que os senhores falaram eu concordo 100%. Só que nós estávamos numa situação... Foi colocado aqui por alguém que Cuiabá continua sendo a terceira Capital em criminalidade. Quer dizer, é uma ação, praticamente - não é preventiva - é uma ação curativa, a aquisição de 450 veículos. Aí, nesses 40 milhões de reais inclui a questão do salário dos policiais. É que o policial, hoje, começa com o salário de R\$1.000,00 no Estado. E também a questão da estrutura mínima, praticamente. Então, eu entendo disso.

Eu poderia, Deputada Verinha Araújo, não estar aqui neste momento. Era um fórum onde a discussão é da Assembléia Legislativa, no máximo o Secretário de Cultura que está acompanhando o setor. Mas eu fiz questão, eu solicitei esta Audiência Pública lá com os senhores, para que nós pudéssemos estar discutindo com cada um dos secretários, porque eu falei que também sou um Secretário e a minha ação é de coordenação.

Eu disse lá, na última sessão da educação, que compete aos Deputados sabatinarem os secretários, para saberem realmente se o secretário consegue defender aquele programa, aquele projeto que está ali instituído. E tenho dito sempre que recurso tem. Recurso tem, União, Estado e Município, o que nós precisamos é priorizar. Então, esse é o mais importante.

O Dr. Márcio de Meira colocou, foi brilhante a sua fala, mas eu quero ressaltar que este ano o próprio Governo Federal, para Mato Grosso, do que estava estipulado, ele está atendendo 10% do total que o Governo Federal deveria investir em Mato Grosso em todas as áreas, em tudo, apenas 10%. Ele contingenciou, cortou tudo e não foi diferente do Estado, Deputada Verinha Araújo. Nós temos que ser mais realistas, porque nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu tenho um compromisso, eu tenho uma responsabilidade com o seu cumprimento, assim como todos que ocupam cargos públicos têm essa responsabilidade. Por exemplo, o Orçamento da Secretaria este ano não era cinco milhões de reais, nós temos de parar de fingir, vamos ser sinceros, o Orçamento era dois milhões e quatrocentos reais...

(NESTE MOMENTO, A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL).

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Não, eu sei. Eu não estou dizendo... Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo... Eu estou dizendo com relação ao que foi colocado no começo da reunião. Na verdade, era um Orçamento fictício, trezentos e dez milhões de reais a mais do que não existia. Então, essa é a verdade. Se não tinha esse recurso, para que projetar?

Então, quando nós conversamos com o Secretário Benedito, eu coloquei que nós já identificamos muita coisa que pode ser alterada, aí não compete mais a mim alterar. Essa discussão será, respondendo a uma das pessoas, eu não sei o nome, que me fizeram questionamento, vai ter resposta, sim. Não só do Governo do Estado, mas principalmente da Assembléia Legislativa. Aquela proposição, Deputada Verinha Araújo, porque Vossa Excelência acompanhou vários fóruns regionais, Vossa Excelência sabe disso, a proposição de retornarmos a todos esses locais onde discutimos e apresentarmos o que ficou de orçamento e o que ficou de Plano Plurianual.

Então, devido a esse compromisso, nós já temos que estar marcando uma nova reunião para mostrarmos aquilo que eu falei. O Orçamento não era aquilo que eu queria, mas o Dr. Bento Porto que já foi Secretário de Planejamento de Cuiabá sabe que é muito difícil realizar. Nós temos vontade, mas não temos recursos para isso. Mato Grosso, este ano, não tem investimento em nada, absolutamente nada, com exceção dos 25%, vamos colocar lá, da educação; os 12% da saúde. Não tem recurso para investimento no Estado. É possível buscarmos?

Eu disse aqui que nós vamos pagar no ano que vem seiscentos e trinta e oito milhões da dívida pública. Temos que pagar, porque é bloqueado antes desse dinheiro chegar aqui. Na verdade, nós queremos ampliar essa discussão com o Governo Federal. Mato Grosso não quer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

deixar de pagar em hipótese alguma, mas nós não podemos. Para cada um milhão a mais que o Estado arrecada, são os 25% da educação, os 12% da saúde, 22% no mínimo de dívida pública, o que sobra para buscarmos fazer alguma coisa? Mas nós vamos fazer.

É uma pena que o Deputado Carlos Abicalil saiu. Na minha primeira fala, eu disse que nós já tínhamos identificado... Esse é o objetivo. E, mais uma vez, eu parabeno a Assembléia Legislativa por fazer essa discussão, porque nós fizemos dezesseis fóruns regionais, onde discutimos tudo. Eu disse que quase não houve discussão da cultura. Nos dezesseis fóruns poucas pessoas da área cultural participaram e questionaram esse assunto. Mas em cima disso no dia que eu entreguei o PPA para o Governador, fiz com uma dor no coração e falei: Governador, é o PPA dos técnicos, porque o secretariado não conseguiu, ainda, assumir esse plano, porque é um plano que, hoje, com a responsabilidade fiscal, não conseguimos mais executar nada que não esteja ali. Antes, se elaborava o Orçamento, o PPA... Agora é que está sendo retomada essa discussão, porque não se consegue executar nada que não estiver no Orçamento, que não estiver no Plano Plurianual. Então, essas mudanças são positivas. E para o ano que vem... Eu, ainda, não conversei com o Secretário Benedito, mas eu vou dar conhecimento a ele na frente de todos que estão aqui, que a revisão do PPA será feita por cada secretário. Não será mais feita pelo Secretário de Planejamento. Cada secretário terá a obrigação de reunir segmento, discutir e trazer para o fórum de discussão com o Governador e comigo (PALMAS). No primeiro ano não teve jeito. Era elaboração do PPA e não tínhamos tempo para isso. A Deputada Verinha Araújo participou de quase todos os fóruns que fizemos. Foi uma loucura.

Nós tivemos um problema muito grande, Deputado Joaquim Sucena. Quando nós chegamos ao interior a população estava muito desacreditada no Poder Público, seja ele municipal, principalmente estadual. Nós íamos para discussão e as pessoas não queriam participar, mas foi um envolvimento tão grande que nós tivemos... Foram mais de quatro mil pessoas participando desses dezesseis fóruns regionais. Eu fiz uma promessa para essas pessoas de que cada uma daquelas que participou vai receber o PPA, após a Assembléia Legislativa ter aprovado. Agora tem coisa que nós precisamos colocar.

Foi dito aqui que é necessário investirmos mais na cultura. Agora existem paradigmas que precisam ser quebrados. Nós estamos numa discussão, Dr. Márcio de Meira, com o Ministério da Saúde - e aí é um outro fórum de discussão, não dá para discutir agora, principalmente na área da saúde, esses 12% que somos obrigados a aplicar na saúde, o que nós pedimos? Que o Ministério estabeleça o percentual, que seja 0,5%, 1%, em saneamento, e o Ministério não quer discutir isso. E nós sabemos que para cada um real que nós aplicarmos em saneamento, serão menos seis reais que nós aplicamos em hospitais. Nós sabemos disso...
(ALGUÉM FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - É o Conselho. Mas o Ministério é que fez o encaminhamento.

Eu disse ao Governador que o Conselho aprovou com a anuência dos Secretários Estaduais de Saúde. E aí o Secretário de Planejamento queria discutir com o Secretário de Saúde. Eu falei: Eu não vou discutir com o Secretário de Saúde. Eu acho que o Secretário de Saúde tem que seguir orientação do seu Governo. Então, se o Conselho estabelece isso, que seja discutido. Não dá. Eu já tive discussão com determinados segmentos da área da saúde que dizem que tem que ser 12% em hospital, em salário, mas nós sabemos que para cada um real que nós aplicarmos, serão seis reais que nós vamos economizar lá no hospital.

Quer dizer, nós temos que discutir isso. Porque não adianta, porque nós estamos numa reforma tributária que é extremamente prejudicial para o Estado de Mato Grosso, que é um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Estado produtor primário. Nós estamos aí. Discutimos. Amanhã mesmo, quarta-feira, o Governador estará reunindo com o Presidente da República, com o Ministro José Dirceu, buscando diminuir esse déficit que Mato Grosso vai ficar para o orçamento do ano que vem.

Eu estou com medo de nós aprovarmos esse orçamento, Deputado Joaquim Sucena, e, no mês de janeiro, no mês de fevereiro, nós temos que nos reunir para dizer para vocês que o orçamento não é esse, é um pouquinho menor. Vai ter que diminuir, porque o Governo Federal está discutindo a desvinculação dos recursos da União. Quando se fala em 25% para educação, 12% para a saúde, o Governo está batendo duro na desvinculação. Nós não sabemos o que vai ser aprovado. E se houver desvinculação? E se o Governo puder fazer o orçamento, conforme ele achar necessário. Quer dizer, é uma coisa que nós estamos discutindo isso no vazio. Agora o comprometimento que nós temos é de que é possível se fazer, vamos fazer. Agora, mais importante que isso, vamos fazer juntos. Isso eu considero a coisa mais importante.

Eu saio daqui extremamente contente com as coisas que ouvi. Já está marcado, o dia 02 é o último dia para apresentação das emendas e após o dia 02 até a conclusão da aprovação do PPA e do Orçamento, nós vamos estar discutindo todas as alterações que poderão ser feitas, porque também não adianta a Assembléia pegar e fazer a alteração de qualquer jeito e chegar lá o Governador vetar. Eu me coloquei à disposição, eu pedi para os Deputados que fizessem essas Audiências Públicas sem chocar o horário uma com a outra, porque eu quero participar de todas. Todos os vinte e dois secretários serão ouvidos, eu estarei do lado deles, porque tenho esse comprometimento. Eu sempre digo, Sr. Amaury Tangará, o Governador tem vinte e dois secretários para fazer e tem um para sonhar. Esse para sonhar, ele me contratou, porque tem que ter visão de futuro. Nós fizemos um desafio junto à Assembléia Legislativa, ao Presidente Riva, de elaborarmos um planejamento estratégico de Mato Grosso de 2030. Nós não podemos ficar com essa visão de 2007, nós temos que ter um norte, onde queremos chegar e aí começamos trilhar esse caminho.

Então, é difícil, é difícil! A realidade é dura, mas o mais importante todos acabaram dizendo aqui: é a sociedade. Somos nós que vamos estabelecer o que é prioridade,

Então, parabênizo a Assembléia Legislativa mais uma vez. Deputada Verinha Araújo, sempre me coloquei à disposição para que possamos estar discutindo essas coisas. E, buscarmos: é possível se fazer alguma coisa? É! E sem dúvida alguma, os senhores podem sair daqui tranqüilos, porque o que depender do Governo do Estado - e aí já vou falar até em nome da Assembléia Legislativa - será feito sem dúvida alguma.

Eu disse para os senhores que no Orçamento quando foi não era aquilo que eu queria, já encontrei pontos que podem ser modificados e serão modificados com anuência, é lógico, da Assembléia, porque ele foi encaminhado. Agora, eu dependo dos Deputados e nós vamos fazer essa discussão para que possamos fazer essa atualização.

Concluindo, o Orçamento, o PPA está no *site* da SEPLAN: www.seplan.mt.gov.br (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - A mim só cabe agradecer a todos e eu vou agradecer com uma fala bem cuiabana: foi para lá de bom, foi bom demais!

Nós estamos à disposição de vocês na Assembléia Legislativa para dar continuidade a isso e, principalmente, fazer com que tudo que aqui foi discutido possa se transformar em alguma coisa de concreto, que fale bem perto da cultura.

Muito obrigado, queremos agradecer a AMM que nos cedeu o espaço e nos colocar à disposição de todos. Muito obrigado.

Está encerrada a presente Audiência Pública (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL 2004, REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 18:00 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Regina Célia Garcia;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.